



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - Nº 168 - SÁBADO, 16 DE OUTUBRO DE 2004 - BRASILIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 141ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/99, na Casa de origem), que dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997..... 31453

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais e bilaterais, aprovado terminativamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 31453

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro..... 31453

Nº 1.303, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a prorrogação do prazo para o encaminhamento à Mesa do Senado Federal da indicação para a candidatura ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz..... 31454

Nº 1.304, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 209, de 2003, por tratarem de matérias semelhantes..... 31454

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 77 da Lei nº 9.504, de 1997, para incluir, entre as condutas vedadas aos candidatos a cargos do Poder Executivo, a utilização em propaganda, eleitoral ou institucional, de obras inauguradas no ano da eleição. 31454

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR VALDIR RAUPP – Importância da concessão de licença pelo Ibama para a constru-

ção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Expectativa de aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que trata da biossegurança..... 31456

SENADOR EFRAIM MORAIS – Transcurso, hoje, do Dia do Professor. Reflexões acerca da Educação no Brasil..... 31458

SENADORA HELOÍSA HELENA – Homenagem aos professores pelo transcurso de seu dia. Repúdio à autorização para plantio e comercialização de produtos transgênicos. Questões relacionadas à transposição das águas do rio São Francisco. 31460

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Homenagem aos professores. Apelo para que a Câmara dos Deputados vote a matéria referente ao Fundo de Participação dos Municípios..... 31463

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Passagem, hoje, do Dia do Professor. A crise social brasileira, com destaque para a falta de empregos, insegurança e criminalidade. Críticas à política de elevação do superávit primário..... 31466

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Comentários a respeito da reforma política. Homenagem aos professores. Elogios aos serviços prestados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, mais conhecida como Gráfica do Senado..... 31469

SENADORA SERYS SLHESARENKO – Homenagem ao Dia do Professor. Defesa da universalização do acesso ao ensino público. Realização de licitação para restaurar trechos da BR 163 em Mato Grosso. 31472

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Importância da elaboração de estratégias governamentais que visem o aumento das vagas nas instituições públicas de ensino superior, principalmente na Região Norte. 31475

SENADOR MÃO SANTA – O processo eleitoral no Estado do Piauí. 31477

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Transcurso do Dia do Professor. Os 50 anos de criação do Grupo Brasileiro de União Interparlamentar..... 31479

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Homenagem aos professores pelo transcurso do seu dia. A Educação no Brasil..... 31482

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Considerações sobre a disputa eleitoral para a prefeitura de Maceió/AL, criticando o uso de declarações pessoais de S.Exa. pelo candidato Sexta-feira. 31484

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário que a primeira hora da sessão da próxima segunda-feira, dia 18, será dedicada a homenagear a Medicina brasileira pela passagem do Dia do Médico, de acordo com o Requerimento nº 883, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores, continuando abertas as inscrições para a referida homenagem. 31485

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAULO PAIM* – Saudações à Universidade de Brasília pela iniciativa de criar o primeiro curso de pós-graduação **lato sensu**: Culturas Negras no Atlântico. 31485

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Proposta da Confederação Nacional das Indústrias de realizar investimentos em todos os setores de infra-estrutura, conforme publicação intitulada “A visão da CNI sobre o estado da infra-estrutura nacional”. 31485

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Transcurso, no último dia 30 de setembro, do Dia do Tradutor. 31487

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Diário do Senado Federal nº 163, de 7 de outubro de 2004. 31488

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 141ª Sessão Não Deliberativa, em 15 de Outubro de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Efraim Moraes, Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti,
da Sra. Heloísa Helena, e do Sr. Cristovam Buarque*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001** (nº 1.071/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais e bilaterais*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Requeiro, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito desta Casa, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro. A proposta visa a fazer coincidir a realização desse evento com a da Semana de Ciência e Tecnologia, criada, no âmbito do Poder Executivo, por decreto do dia 9 de julho p.p., e que, este ano, ocorrerá entre os dias 18 e 24 de outubro.

Essa Semana envolveria o Senado no objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Proponho a realização de atividades abertas ao público, que unam Ciência, Cultura e Artes, tais como teatro, cinema e música, além de palestras e discussões, em nível acessível ao leigo, sobre temas científicos de interesse geral. Para isso sugiro serem convidados especialistas e professores, inclusive para exposições no âmbito das comissões permanentes, mais especificamente da Comissão de Educação, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Proponho igualmente que todos os setores do Senado que possam contribuir para a concretização dessa Semana sejam engajados na sua preparação. A Rádio e a TV Senado, juntamente com o **Jornal do Senado**, poderão atuar de maneira importante no evento.

Justificação

Há tempos que sociedades científicas e instituições voltadas para a divulgação científica propõem a realização de uma Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o intuito de contribuir para que a população possa ter maior conhecimento dos resultados, da relevância e do impacto das pesquisas científicas. Não podemos ignorar que, no mundo de hoje, o progresso de um país encontra-se fundamentado no seu progresso científico. Sem dúvida, muitas vocações serão despertadas por meio de uma maior divulgação das atividades científicas. E vários países, entre os quais o Reino Unido, a França, a Espanha, a África do Sul, e o Chile, já implementaram com sucesso semanas nesses moldes.

O Senado Federal pode dar grande contribuição nesse sentido, com a instituição da Semana de Ciência e Tecnologia, uma vez que dispõe de canais de comunicação com a sociedade. Temos os meios de comunicação internos – o Rádio, a TV, o Jornal – e acesso à mídia em geral. Além disso, especialistas e professores têm especial interesse e consideração em atender a convites para divulgar seu trabalho.

No momento em que o Poder Executivo cria, no seu âmbito, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a ser comemorada a cada mês de outubro, sob a coordenação do Ministério de Ciência e Tecnologia, entendemos que é chegada a hora de o Poder Legislativo prestar sua contribuição para a sociedade inaugurando uma semana semelhante, numa conjunção de esforços que dará maior repercussão à questão da divulgação científica no Brasil.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2004. – Senadora **Serys Shlessarenko**.

(Às Comissões de Educação de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado às Comissões de Educação, de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.303, DE 2004

Requeiro a prorrogação do prazo para o encaminhamento da indicação para a candidatura ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, à Mesa do Senado Federal, que conforme prevê o artigo 3º da Resolução nº 2, de 2001, deverá ser feita até o dia 1º de novembro de cada ano, passando assim, a ser encaminhada até o dia 1º de dezembro de 2004.

Justificação

Tendo em vista as dificuldades apresentadas por conta da grande dispersão parlamentar causada pelas eleições municipais e os inúmeros pedidos de prorrogação do prazo de instituições interessadas em fazer indicações, tornou-se difícil enviar a tempo as indicações conforme a Resolução nº 2, de 2001, sendo assim torna-se necessária esta prorrogação.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2004. – Senadora **Serys Shlessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.304, DE 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLS 188/03, de autoria da Senadora Ideli Salvati, que trata de nova tipificação do crime de “lavagem de dinheiro” com o PLS 209/2003, de autoria do Senador

Antonio Carlos Valadares e com relatoria do Senador Demóstenes Torres, que se encontra pronto para pauta na CCJ, tendo sido aprovado na CAE e que objetiva tornar mais eficiente a persecução penal nos crimes de lavagem de dinheiro, por tratarem de matérias semelhantes e relacionadas à Lei 9.613 de 3 de março de 1998.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2004. – **Serys Shlessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– O requerimento lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2004

Altera o nº 77 da Lei nº 9.504, de 1997, para incluir, entre as condutas vedadas aos candidatos a cargos do Poder Executivo, a utilização em propaganda, eleitoral ou institucional, de obras inauguradas no ano da eleição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 77 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77. É proibido aos candidatos a cargo do Poder Executivo participar, nos três meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas, bem como se utilizar dessas mesmas realizações em propaganda, eleitoral ou institucional, nos seis meses que antecedem a votação. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo principal perseguido pelo legislador, quando da edição do art. 77 da Lei Eleitoral, foi contribuir para a moralização das eleições, na medida em que propicia a igualdade de oportunidades entre os candidatos.

Ao dispor sobre *as condutas vedadas aos agentes públicos*, especificando, dentre tais condutas, aquelas *tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre os candidatos nos pleitos eleitorais*, a Lei nº 9.504/97, proíbe, por exemplo, *a cessão e o uso, em benefício de candidato, partido político ou coligação, de bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados,*

do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária (inciso I do art. 73).

E, do mesmo modo, proíbe o uso de materiais e serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas (inciso II), assim como fazer ou permitir o uso promocional em favor de candidato, partido ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público (inciso IV).

No que respeita à propaganda, a Lei proíbe o agente público de realizar, em ano de eleição, nos três meses que antecedem o pleito, despesas com publicidade que excedam a média dos gastos dos últimos três anos que antecedem o pleito (inciso VII).

Nessa mesma direção e com os mesmos propósitos, mas procurando aperfeiçoar ainda mais a Lei Eleitoral, oferecemos à apreciação dos eminentes pares o presente projeto de lei, que acrescenta à proibição do art. 77, coerentemente com todo o desenvolvimento da Lei 9.504, a vedação, ao agente público e/ou candidato a cargo do Poder Executivo, de realizar propaganda, ainda que institucional, de obras inauguradas nos seis meses anteriores à eleição.

O aperfeiçoamento proposto irá reparar uma certa incoerência da legislação em vigor, a qual proíbe o candidato em questão, sequer, participar da inauguração dessas obras, às quais comparecem um número limitado de eleitores, com o óbvio propósito de coibir uma exploração privilegiada do evento, mas permite a veiculação desses feitos através da propaganda, eleitoral ou institucional, cuja divulgação irá influenciar o juízo de milhares, quiçá milhões, de espectadores e/ou ouvintes, isso em detrimento dos demais candidatos que não têm a “maquina administrativa” a seu favor, violando um dos princípios reitores do processo eleitoral, o da igualdade de oportunidades.

Acreditamos que, adotado esse critério, estaremos coibindo o péssimo hábito de alguns administradores de deixar para o último ano de mandato – o ano eleitoral – a conclusão de obras fundamentais para o Município, para o Estado ou para o País, disso tirando proveito político para si e/ou para o(s) candidato(s) de sua preferência, em detrimento dos legítimos interesses e do atendimento às iminentes necessidades de seus eleitores.

Por tais motivos, solicitamos a atenção dos eminentes colegas para o projeto de lei que ora apresentamos e esperamos pelas contribuições que possam aperfeiçoá-lo, até sua transformação em lei.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2004. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I – ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

II – usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

IV – fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

VII – realizar, em ano de eleição, antes do prazo fixado no inciso anterior, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.

Art. 77. É proibido aos candidatos a cargos do Poder Executivo participar, nos três meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

V. Exª dispõe de 20 minutos, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quase dois anos estive nesta tribuna para alertar sobre a necessidade de o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o Ibama, conceder licença para a construção do gasoduto Urucu–Porto Velho, obra de importância vital para Rondônia e para toda a região amazônica. Até o presente momento, a licença não foi concedida. Por esse motivo, com o intuito de bem esclarecer os nobres Senadores acerca do assunto, farei um breve relato demonstrando a gravidade e a necessidade de uma decisão urgente sobre esta matéria.

Na oportunidade em que pela primeira vez me pronunciei sobre o tema, procurei evidenciar a importância da diversificação das matrizes de produção de energia elétrica no território brasileiro, em especial na região amazônica, principalmente pela demora na definição pela construção de hidroelétrica de grande porte. Para essa região, surgiu, de maneira precoce, a necessidade de optar por outras fontes de energia elétrica. A alternativa mais viável para as cidades do Norte foi a utilização de usinas termoeletricas à base de queima de óleo diesel, como é o caso da capital de meu Estado, Porto Velho, em cuja região foram construídas duas usinas que reúnem a capacidade de produção de 404 megawatts.

Contudo, mesmo a opção das usinas termelétricas ainda não é totalmente eficiente, em vista da utilização do óleo diesel como fonte básica de energia, um produto caro e de difícil obtenção na Amazônia.

Nesse contexto, Sr. Presidente, mostrou-se de enorme relevância a exploração da imensa jazida de petróleo e de gás natural na bacia de Urucu, próximo ao rio Purus, no Estado do Amazonas. As reservas nessa área, únicas alternativas produtivas na Amazônia brasileira, são de 160 milhões de barris de petróleo e mais de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Todo esse gás natural corresponde a 24% das reservas brasileiras conhecidas e pode suprir a demanda prevista da região por cerca de cinquenta anos.

A utilização do gás natural nas termelétricas, em substituição aos combustíveis fósseis líquidos e ao carvão, apresenta maior eficiência, bem como reduz a emissão de compostos de enxofre e de carbono. Esses aspectos fazem do gás natural uma notável alternativa do ponto de vista econômico ambiental.

No presente momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, o aproveitamento do gás das reservas de Urucu vem ganhando relevância. Essa jazida já abastece o poliduto Urucu–Coari, às margens do rio Solimões, e o gasoduto Coari–Mauas já está em construção.

Ainda assim, infelizmente, boa parte do gás hoje extraído em Urucu junto com o petróleo – cerca de 10 milhões de metros cúbicos por dia – deve ser constantemente reinjetado nas reservas subterrâneas, implicando custos adicionais e um modo de extração antieconômico. De outra parte, o Tesouro Nacional gasta, em subsídios para o abastecimento das termelétricas da região, um montante que chega a US\$500 milhões por ano. O uso do gás poderia baratear esses custos em aproximadamente um terço.

Mas, Sr. Presidente, que argumento poderia ser utilizado para justificar a utilização ineficiente de notáveis reservas energéticas e a opção pelo dispêndio de recursos financeiros em uma alternativa provisória e cara? Onde está a boa gestão do patrimônio público? A população não pode suportar esse dispêndio. O povo, em especial o de Rondônia, não tolera mais essa situação e pede a construção desse gasoduto o mais rapidamente possível. Essa obra trará desenvolvimento e empregos, afastando, além do mais, os riscos de poluição.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, em prazo relativamente curto, a redução de custos com a utilização do gás natural refletirá na diminuição das contas cobradas não só do consumidor da região Norte, inclusive do meu Estado de Rondônia, mas do consumidor de todo o Brasil, porque são cobrados alguns centavos das contas de todo consumidor brasileiro para subsidiar o óleo diesel queimado nas usinas termelétricas na Amazônia.

Por sua vez, a construção do gasoduto permanece como pré-requisito para um salto desenvolvimentista, constituindo-se importante fator para o equilíbrio não apenas de Rondônia, mas de Estados como o Acre e o Mato Grosso.

Retornando à questão propriamente dita, os problemas relativos à construção do gasoduto Urucu–Porto Velho vêm se arrastando desde março de 2001, quando a Petrobrás entregou ao Ibama o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA. Esses instrumentos indicavam a minimização do impacto ambiental do empreendimento, demonstrando a rápida recomposição da selva retirada para a construção do gasoduto. Ademais, tais estudos evidenciavam que o traçado do gasoduto passaria a vinte quilômetros do limite da terra indígena mais próxima, o que, portanto, não afetaria as vidas das comunidades indígenas.

Mesmo assim, o Ministério Público Federal do Estado do Amazonas, por entender que os documentos apresentavam algumas falhas, propôs ação objetivando que a Petrobras fosse condenada a realizar a complementação do EIA–RIMA e, até que ocorresse

a referida complementação, que houvesse a suspensão da licença prévia concedida pelo Ibama em 31 de outubro de 2002. Na oportunidade, a Justiça Federal acolheu alguns dos itens elencados na referida recomendação, concedendo liminar pela suspensão da licença prévia ambiental.

Para nossa satisfação, Sr. Presidente, o consórcio liderado pela Petrobras assinou um acordo com o Ministério Público para concluir o processo de licenciamento do gasoduto. O Ministério Público concordou em encerrar a pendência jurídica que paralisou o licenciamento do gasoduto após um acordo que prevê investimento de cerca de US\$3,3 milhões em um programa de desenvolvimento sustentável para a região próxima ao traçado do gasoduto.

Tive a satisfação de antecipar a referida notícia quando, em 29 de abril deste ano, estive nesta tribuna e comuniquei os termos de uma carta do Presidente do Ibama sobre a aquiescência do conteúdo do referido acordo. Esse acordo tem um nome não muito conhecido popularmente, é o TAC, Termo de Ajustamento de Conduta. Esse acordo já foi devidamente ajustado.

Também naquela oportunidade, fiz um apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Ministra Dilma Rousseff para que agendassem uma data do lançamento da obra, conforme já havia acontecido dias antes, no Estado do Amazonas, por ocasião do lançamento do gasoduto Coari–Manaus.

Sr. Presidente, gostaria de expressar minha indignação e, principalmente, minha decepção, pois, mesmo com todo o desenrolar desses fatos, a situação ainda se encontra paralisada. Faz praticamente dois anos que a Petrobras está impedida de iniciar as obras desse projeto.

A perplexidade se instala por completo, quando observamos os projetos do Governo de alguns anos. O gasoduto Urucu-Porto Velho, que já constava do Programa Avança Brasil, do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, também faz parte do Plano Plurianual (PPA) do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como prioridade, prova do reconhecimento da importância desse projeto para o desenvolvimento de Rondônia, do Acre e de outros Estados carentes de um fornecimento de energia elétrica compatível com suas demandas e necessidades. Portanto, não se justifica, Sr. Presidente, a lentidão do Ibama na concessão da licença para construção do citado gasoduto. Os pressupostos econômicos, sociais e ambientais foram todos explicitados. O Ministério Público reavaliou e aprovou as condições para a realização do projeto. Não há impedimentos na Justiça. O Governo já reconheceu a relevância da matéria,

tratando-a nos seus macroplanejamentos. O que falta ao Ibama para cumprir suas obrigações?

Sr^{as} e Srs. Senadores, exigimos uma atitude firme e célere do Governo Federal. Trata-se de omissão inaceitável, o que não reflete as intenções de um governo de caráter republicano e democrático, com vistas ao interesse comum. É preciso, Sr. Presidente, ter consciência em relação à decisão a ser tomada, inadiável, diga-se de passagem, levando-se em consideração a estratégia de desenvolvimento defendida pelo próprio Governo Federal: elevar o padrão de vida da população, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentado da região Norte e de todo o Brasil.

Sr. Presidente, como nosso tempo ainda não expirou, abordarei outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.)

– Fique à vontade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero falar sobre um projeto de grande importância para esta Nação, discutido exaustivamente nas Comissões e no Plenário e votado recentemente, qual seja, o Projeto de Biossegurança. Esse projeto, acredito, apesar da demora, apesar do atraso, pois o Brasil já o deveria ter aprovado há muito tempo, ainda vem em tempo para o desenvolvimento do nosso País.

É importante que o Governo tenha chegado a um consenso ou uma solução de compromisso sobre a produção e comercialização de transgênicos, biossegurança, enfim, biotecnologia para que tenhamos uma legislação mais estável sobre o assunto.

A agricultura é um setor sujeito a muitas incertezas, a muitas variáveis e a um conjunto de condições que vão desde o clima até as variações internacionais de preços, passando pelos volumes de estoques dos principais mercados, tudo contribuindo para aumentar o risco do agricultor, que já enfrenta o protecionismo exagerado dos países ricos e principalmente os subsídios dos países ricos. Por isso mesmo, não podemos adicionar mais elementos de incerteza nesse quadro de preocupações do agricultor brasileiro, como mudanças bruscas na legislação, nas tarifas de importação, na proibição de uso de determinado tipo de insumo e de sementes. Não devemos fazer mudanças bruscas no marco regulatório da agricultura, nem nas regras de financiamento, nem reduzir o volume de crédito ofertado para não tirar a competitividade de nossa agricultura. Precisamos orientar nossa agricultura com base em pesquisas científicas e tecnológicas, em estudos comprovados e em teses qualificadas: esse deve ser o caminho para garantir a competitividade internacional de nossa agricultura, sem agredir o meio ambiente.

As plantas cultivadas são todas geneticamente modificadas. Há mais de 15 mil anos, os agricultores iniciaram um lento processo de melhoramento pela seleção de sementes das melhores plantas e de cruzamento espontâneos. Com a redescoberta das leis da herança biológica em 1900, devidas ao Abade Gregor Mendel, foi possível planejar e executar cruzamentos controlados seguidos de seleção planejada. Com esses conhecimentos, o progresso do melhoramento genético no Século XX aumentou a produtividade agropecuária dezenas de vezes, mais que nos milhares de anos anteriores. A evolução e transformação no vasto campo científico e de aplicações da moderna biotecnologia se processam em velocidade vertiginosa, e não há tempo a perder. A despeito das restrições européias ao comércio de transgênicos, é inegável o sucesso dos produtos de primeira geração em biotecnologia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro este pronunciamento reafirmando minha satisfação pela aprovação nesta Casa do Projeto de Lei da Biossegurança, passo importante no desenvolvimento tecnológico brasileiro. Sabemos da quantidade de projetos e de medidas provisórias que a Câmara dos Deputados tem a apreciar, mas esperamos que aquela Casa possa, o mais rápido possível, aprovar esse projeto para que os produtores rurais da sociedade brasileira possam ter tranquilidade para plantar suas lavouras.

Muito obrigado.

O Sr. Efraim Moraes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia de hoje, consagrado ao professor, enseja amplas reflexões sobre a situação do ensino em nosso País.

Como homem público e professor – lecionei matemática durante alguns anos no meu Estado, principalmente na capital, nossa querida João Pessoa, e em Campina Grande – não posso me furtar neste dia a avaliar este tema, sem dúvida, um dos mais dramáticos da crise social brasileira.

Sr. Presidente, vivemos a era do conhecimento, que é hoje não apenas um bem do espírito, mas um insumo econômico estratégico vital e determinante para o equilíbrio e a prosperidade das Nações.

O Brasil é um País profundamente carente no setor, em que investe pouco e mal. Por isso, é frágil

diante das oscilações da economia mundial. É um país carente de tecnologias, carente de conhecimento.

Países como a Coréia do Sul e o Japão viveram, no século passado, o pesadelo da guerra perdida, investiram fortemente em educação e no espaço de uma única geração conseguiram dar a volta por cima e tornarem-se potências econômicas.

O Japão saiu da II Guerra Mundial, em 1945, arrasado física e moralmente. Duas décadas depois era (e continua sendo) uma economia modelo para o mundo. Hoje, é um dos países mais bem estruturados do planeta, tendo enfrentado e sobrevivido a constantes oscilações do processo de globalização sem perda de sua consistência. Idem a Coréia do Sul.

Nós, no entanto, que não vivemos nenhum pesadelo bélico, estamos ainda bem distantes de tudo isso. Somos um País economicamente frágil e desigual, com uma espantosa taxa de analfabetismo e semi-analfabetismo, que nos envergonha perante o mundo. O fator básico de todo esse processo é exatamente a figura do professor, que entre nós é pouco mais que um proletário. Não ganha o suficiente para manter-se atualizado, comprar livros, dispor de um computador que o conecte à Internet. Em algumas regiões mais pobres do Nordeste chega a passar privações impenáveis a um colega seu de outras regiões ou de outros países, seja os Estados Unidos, seja da Europa, seja do próprio Sul do Brasil.

Não estou exagerando, Sr. Presidente e Senadora Heloísa Helena. Segundo pesquisa da Unesco intitulada “O Perfil dos Professores Brasileiros”, feita em maio deste ano, nada menos que 58,4% dos 5 mil docentes entrevistados jamais usaram a Internet; 60% não têm correio eletrônico, ou seja, mais da metade dos professores deste País se inclui naquele contingente que, genericamente, chamamos de excluídos digitais.

Não é só: 23,5% lêem jornais no máximo duas vezes por semana; 65,5% têm renda de até 10 salários mínimos (R\$2.600,00) e um terço dos entrevistados ganha no máximo R\$1.200,00. E há outros dados esbarreiros: mais de 40% dos entrevistados foram, no máximo, uma vez a museus, e 74,3% têm como principal forma de lazer e informação, a televisão. Ou seja, a mão-de-obra incumbida de formar gerações futuras, em plena era do conhecimento, dispõe de formação precaríssima, o que equivale a dizer que, a menos que um esforço monumental venha a ser empregado imediatamente na melhoria desse quadro, continuaremos excluídos da economia, do conhecimento e, portanto, excluídos da prosperidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero essa pesquisa, até certo ponto, moderada. Com certeza, os pesquisadores da Unesco não se detiveram

sobre a realidade, ainda mais cruel, dos professores das cidades mais pobres do Nordeste, onde é comum o nível de salários não perfazer, sequer, um salário mínimo.

O drama não é apenas brasileiro. É latino-americano. Há dias, recebi, e acredito que todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores também, correspondência do representante da Unesco no Brasil, Dr. Jorge Werthein, que me remetia artigo publicado na imprensa internacional, pelo importante economista norte-americano Jeffrey Sachs, que, além de professor da Universidade de Columbia, é assessor especial do Secretário-Geral da ONU.

Nesse artigo, ele aponta duas causas centrais para o baixo crescimento obtido pelos países da América Latina nos últimos anos: desigualdade social na região e baixo investimento em educação, ciência e tecnologia. Desde o começo da década de 80, diz ele, a América Latina estancou o seu processo de desenvolvimento e vive uma crise atrás de outra.

E considera isso surpreendente, na medida em que o continente possui grande capital em recursos naturais. Como alternativa, sugere elevação do investimento em pesquisa e desenvolvimento dos atuais (e ridículos!) 0,5% do PIB para (ao menos) 2% do PIB, além de melhoria no acesso às universidades, possibilitando aumento da produtividade do trabalhador.

A propósito, os jornais de ontem, dia 14 de outubro, estamparam resultados de outra pesquisa no setor, o Censo da Educação Superior 2003, que revelou índice de ociosidade de 47,3% nas vagas abertas pelas universidades no ano passado – o que significa dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que houve aumento de quase cinco pontos percentuais em relação a 2002.

A ociosidade se concentra no setor privado, num total de 42,2% das vagas, enquanto as instituições públicas – federais, estaduais e municipais – respondem pelos restantes 5,1%.

Segundo o **Jornal do Brasil**, “o dado foi considerado um escândalo pelo Ministro da Educação, Tarso Genro”. São palavras literais do Ministro, que recolho entre aspas e aqui transcrevo:

É um escândalo! O Censo demonstra deformidades, o que reforça a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso imediato ao ensino superior, sobretudo pelas camadas mais pobres da população.

Palavras do Ministro da Educação Tarso Genro.

O advento dessas políticas públicas reclamadas pelo Ministro, aliás, é de responsabilidade do Governo do qual ele faz parte. Não está, pois, S. Ex^a no lugar de reclamá-las, mas, sim, de promovê-las. Em vez de

estar reclamando pelos jornais, gerando manchetes, o Ministro deveria tomar providência e promover essas decisões em benefício da população e da educação.

Já o Presidente do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (Inep), Eliezer Pacheco, atribuiu as vagas ociosas “a fatores sócio-econômicos e ao excesso de oferta em determinadas áreas de conhecimento e regiões do País”.

O que está claro é que não há ainda, por parte do Estado brasileiro, uma vontade política efetiva de tornar a educação prioritária. Temos aqui, nesta Casa, um eminente colega, o Senador Cristovam Buarque, que acreditou que essa prioridade era efetiva – e constatou dramaticamente que não era. Infelizmente, foi demitido por telefone.

Foi demitido, Senadora Heloísa Helena, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do Ministério da Educação e Cultura, de maneira prosaica, como falei há pouco, por telefone. E o delito que cometeu o Senador, ex-Ministro Cristovam Buarque, foi o de cobrar publicamente do Governo as promessas feitas ao tempo da campanha eleitoral. Foi o único mal que fez o ex-Ministro Cristovam Buarque.

Enquanto o Brasil empurrar com a barriga o seu vasto contencioso educacional, continuará à margem do processo de desenvolvimento e prosperidade, refém e não agente da globalização econômica.

Continuará a exhibir ao mundo uma das sociedades mais desiguais e injustas do planeta. Como pensar em inclusão social sem atribuir à educação toda a prioridade e urgência possíveis?

Por isso, repito sempre que não adianta procurar os vilões de nosso atraso e subdesenvolvimento lá fora. Estão aqui dentro mesmo. Cabe-nos, elite governante deste País, não importa se oposicionista ou situacionista, reverter essa equação.

São reflexões que faço neste Dia do Mestre, na certeza de que as mudanças começam com investimentos mais consistentes no professor, dotando-o de meios para que melhore sua formação pessoal e, dessa forma, possa melhorar também a qualidade do ensino que transmite.

Num País em que a maioria dos professores não acessa a Internet, nem tem correio eletrônico e tem na tevê sua ferramenta básica de informação, não é de estranhar que estejamos nesta situação. Que o Dia do Professor sirva de inspiração para as autoridades do Governo Federal, no sentido de que revejam os critérios com quem vêm conduzindo a política educacional em nosso País.

São essas, Sr. Presidente, as palavras deste modesto professor de matemática, circunstancialmente exercendo a senatoria pelo Estado da Paraíba.

Aos colegas professores, mais do que manifestar meu agradecimento e meu apreço, reafirmo meu compromisso com a promoção da educação em nosso País.

E a todos os brasileiros que me vêem e ouvem, especialmente meus antigos alunos, deixo o belo pensamento de Bernard Shaw sobre a profissão que abraçamos: “Não sou professor, somente um colega viajante a quem você perguntou o caminho. Eu aponteí além. Adiante de mim, tanto quanto de você”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO.)

– Esta Presidência congratula-se com o pronunciamento de V. Ex^a nesta homenagem justa aos professores brasileiros.

Concedemos a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, do PSOL de Alagoas do Brasil. V. Ex^a dispõe de Vinte minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, Senador Efraim, funcionários da Casa, eu ia até fazer um aparte ao Senador Efraim, mas como vou tratar de outros temas também, preferi fazer uma saudação muito especial. Eu sempre brinco, Efraim, é meio como se estivéssemos legislando em causa própria, falando dos trabalhadores da Educação, porque somos também trabalhadores da Educação. Fico muito feliz em ser professora, em ser trabalhadora da Educação da Universidade Federal do meu Estado e tive muitas experiências, desde a minha infância, com educadoras, que foram experiências extremamente importantes para mim, menina pobre, filha de família pobre, e que sempre fui tratada com carinho, com abraços e afetos pela gigantesca maioria dos professores com os quais tive a vantagem de conviver.

E desde a Dona Rosinha, Efraim. Eu era muito doente, não pude ir para a escola muito cedo. Tinha tanta asma! Imaginem os meus adversários políticos hoje. Todo mundo dizia que eu não ia passar de nove anos, que ia morrer cedo, porque tinha tanto problema de asma – asma ainda tenho hoje –, muitos problemas renais, era bem magricelazinha, superdoente. E aí, como eu era muito magricela e muito doente, sofria de muita asma, tinha uma vantagem, porque eu não entrava na palmatória lá no casebre da nossa Rosinha, que me ensinou a ler e a escrever e tinha imensa palmatória na porta da entrada, para sinalizar aos

alunos peraltas do que lhes podia acontecer. Como eu só vivia com crise de asma e, para completar, o lugar era muito pequenininho, muito úmido – a minha casa também era muito úmida –, aí que é que ficava mesmo com crise de asma direto.

A dona Salete, que foi minha professora também no Primário – claro que eu deveria homenagear todas, porque todas foram importantes na minha vida – que ainda mora em Palmeira dos Índios, foi uma pessoa muito especial. Ela nem se recorda de que fui sua aluna, com certeza, mas ela foi muito especial porque conseguiu me incentivar e me fazer ver determinadas potencialidades para o estudo que eu não reconhecia em mim, e que eu poderia fazer determinadas coisas. Então, com carinho e com afeto, sempre me incentivou.

Dona Petrúcia, também no Primário, foi minha professora de Português. O meu primeiro discurso – eu nem imaginava e nem sonhava que faria um discurso, muito menos no Senado da República – foi dona Petrúcia que fez para mim, no Dia das Mães, para eu ler na catedral de Palmeira dos Índios. E começava com aquela frase histórica: “Ser mãe é padecer no paraíso”. Irmã Antonina, uma freira holandesa, maravilhosa, que junto com as outras freiras sempre me tratou com carinho, com afeto. Enfim, todas as pessoas com as quais eu tive oportunidade de conviver ao longo da minha vida; as minhas professoras da universidade, que depois passaram a ser minhas colegas de universidade, cada uma com sua característica especial, cada uma com o seu conhecimento técnico, com a sua solidariedade, com a sua coragem, com o seu afeto; professoras da universidade, que sei que dei muito trabalho a elas e que depois se tornaram minhas grandes colegas, companheiras de trabalho, companheiras de muitas e muitas lutas.

Por isso, Senador Efraim Moraes, sei que V. Ex^a sentiu o mesmo quando aqui estávamos votando a farsa da PEC da Previdência. Nada mais doloroso para mim do que chegar a várias cidades ou ao interior do Estado e encontrar trabalhadoras da educação, professoras completamente desesperadas, ganhando um salário mínimo e com a perspectiva de se aposentarem. Assisti a isto: estávamos em novembro e elas pensavam em se aposentar em dezembro, depois de muitos anos de trabalho, o que não é uma coisa qualquer. Nós que somos professores de universidade sabemos o que significa o cotidiano numa sala de aula. Imaginem o que é ser professora de 50, 60 meninos,

ganhando um salário mínimo e, muitas vezes, tendo que deixar seus filhos em casa. A maioria são mulheres. Muitas delas, quando chegam em casa após um exaustivo dia de trabalho, já nem têm paciência para fazer a lição de casa com os seus filhos. Refiro-me a todas as trabalhadoras da educação. Por essa razão, eu ficava muito danada contra essa farsa do Governo em fazer a reforma da Previdência. Quando eu chegava ao meu Estado, as professoras diziam: Heloísa, eu não vou agüentar mais; estou para me aposentar daqui a 15 dias e agora mudam-se as regras? Terei que trabalhar mais sete ou oito anos, para não perder até 35% da aposentadoria.

Então, presto a minha homenagem a todos os professores, especialmente às mulheres trabalhadoras da educação, que se dedicam aos filhos da pobreza, nas escolas públicas. Então, a todas essas mulheres que também foram presença fundamental na minha vida, a minha homenagem e a minha solidariedade.

Quero, também, Sr. Presidente, repudiar a ação do Governo em relação à Medida Provisória que legitima o plantio e a comercialização dos transgênicos. Infelizmente, Sr. Presidente, com essa MP, de fato, estamos soterrando pesquisas, dados, relatórios e depoimentos de cientistas consagrados pelo mundo, que sempre alertaram sobre os graves riscos da utilização dos transgênicos, os seus agravos ao meio ambiente e à saúde humana. E o Governo, com a velha cantilena de que os produtores já plantaram, não cumpre a sua obrigação: disponibilizar sementes não-transgênicas para o pequeno e o médio produtor plantar e, depois, comercializar as suas safras sem essa maldita dependência da Monsanto ou das grandes multinacionais americanas. Então, o Brasil, ao mesmo tempo em que sepulta todos os dados técnicos apresentados por cientistas de todo o mundo, mostrando os agravos ao meio ambiente e à saúde humana, ainda mostra a sua covardia em relação à impossibilidade de escolher parceiros comerciais internacionais. O País perde economicamente, porque, em vez de escolher nichos comerciais importantes, como a China e a Europa, que não aceitam a importação de soja transgênica, acaba viabilizando uma medida como essa.

Sr. Presidente, quero também compartilhar com a Casa a minha alegria. Ontem tive a oportunidade de participar de uma das audiências públicas do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que trata da transposição desse rio.

Infelizmente, o Governo, mais uma vez, rasgou a legislação em vigor no País, porque desencadeou dois processos, o de licitação de maquinário e o de licenciamento ambiental, sem a devida autorização do Comitê da Bacia Hidrográfica.

A lei manda que o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco defina as prioridades. Isso foi feito, mas o Governo rasgou-as. A Ana sequeur teve a oportunidade – não poderia fazê-lo antes das resoluções do Comitê – de definir sobre a outorga na captação de águas.

O Governo foi à última reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica e pediu vista do processo, em vez de apresentar um relatório contestando as decisões. Rasgou a lei, desencadeou os processos de licitação e de licenciamento ambiental, passando por cima da legislação em vigor.

O mais grave, Senador Efraim Morais – V. Ex^a que é de um Estado onde as pessoas sonham com a transposição –, é que a cantilena enfadonha e mentirosa do Governo, além do crime da demagogia de dizer que o projeto de transposição é para matar a sede dos nossos irmãos nordestinos, está conseguindo promover a divisão do Nordeste. Não podemos deixar que o Governo, com isso, consiga dividir o Nordeste entre os Estados que têm o rio e os que supostamente seriam beneficiados com ele.

É importante deixar absolutamente claro, Senador Marcelo Crivella, que menos de 5% da obra estará perto do semi-árido. Oitenta por cento das regiões a serem beneficiadas com a transposição são dos grandes latifundiários e dos seus mecanismos de *agroshow*. Efetivamente, não é para matar a sede da população nordestina. Até porque o rio sequeur conseguiu cumprir o seu destino, que é o abastecimento humano e animal, o projeto de irrigação da Bacia Hidrográfica. Nem o Governo Fernando Henrique e nem o atual investiu em outros componentes de matriz energética, para que o rio não seja utilizado apenas para a produção de energia.

Foi muito importante o debate de ontem. Infelizmente, só houve representação do Ministério do Meio Ambiente. O Ministério da Integração não estava presente, e espero que participe de toda a agenda do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Senador Efraim Morais, estou predispondo-me a visitar os outros Estados que supostamente seriam beneficiados com a transposição do rio para mostrar a farsa técnica e a fraude política do atual Governo,

que vende à opinião pública um projeto como se fosse a panacéia para resolver os males do Nordeste, e não é.

Saúdo todos os participantes daquele evento. Havia muita gente em Propriá, de Alagoas, de Sergipe, muitos técnicos extremamente qualificados, pescadores, agricultores, membros da Igreja Católica, evangélicos, participando da reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Tudo ficou muito claro. E fica muito difícil que membros do Governo façam a contestação técnica; não conseguem fazê-la e preferem ludibriar a opinião pública. Dados para a revitalização do rio São Francisco não têm. Todos os anos, colocamos recursos para a revitalização do rio São Francisco e, como o Governo faz balcão de negócios sujos, liberando emenda para a sua base de bajulação, esses recursos não são liberados.

Trata-se de debate de alta complexidade. Revitalizar um rio não é coisa simples, é de alta complexidade técnica: recomposição das matas ciliares; combate ao desbarrancamento, ao assoreamento, à agricultura itinerante, à destruição das matas para a produção de carvão vegetal; o saneamento básico para 513 Municípios que jogam seus esgotos **in natura** ou diretamente no rio São Francisco – 97 deles – e o restante nos afluentes, na Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Se o Governo quer viabilizar dinheiro para empreiteiras, construtoras e seus serviços da política, que faça o saneamento básico de 513 Municípios que estão na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Agora, por favor, esse discurso demagógico de que a transposição é para matar a sede do povo nordestino, não! Essa medida absolutamente deplorável de dividir o povo nordestino é um crime e nos traz uma tristeza profunda.

Por isso, o Comitê da Bacia Hidrográfica iniciou o debate, fez e fará várias plenárias no sentido de esclarecer a população nordestina e a população brasileira. O povo brasileiro sabe o que significam obras faraônicas: alguns poucos ganham muito dinheiro e depois essas obras vão para o rol das obras inacabadas.

Espero que o Senado faça debate, com audiências públicas, à luz de todos os argumentos técnicos que serão apresentados. Nem vou mencionar o que dizem uns irresponsáveis. Ah!... Romero, não é você quem diz isso, porque, se fosse, eu ia dizer aqui que era você. Não é, não. Com Romero eu brigo por outras razões. O povo do Norte não sabe – o Senador Ro-

mero Jucá sabe, pois é nordestino – o que é rio seco. Quando eu conversava com a minha querida companheira Marina, com o Tião, com o Geraldo Mesquita, eu percebia como é difícil para quem é do Norte entender, Senador Paulo Octávio, o que é o Nordeste. As pessoas não conseguem entender quando se diz que o rio está seco; muitos rios do Nordeste, afluentes importantes do rio São Francisco, secaram; e isso não foi há cem anos. Eu tenho 42 anos e vi muitos rios, meus filhos brincaram em rios.

Eu disse minha idade, não foi, Romero? Sabe o que se diz quando uma mulher diz a idade? Crivella, há um ditado que diz assim: nunca confie em uma mulher que diz a idade, porque ela é capaz de dizer qualquer coisa.

Assim, em razão de tudo o que eu disse anteriormente, do desmatamento das matas ciliares, dos problemas gravíssimos que foram acontecendo, muitos rios que viabilizavam a sobrevivência de famílias nordestinas hoje servem apenas para pequenos campinhos de futebol para a meninada do Nordeste. Portanto, é um problema gravíssimo.

Existem uns ridículos que dizem assim: oh, mas são as gotinhas que iriam cair no mar! Imaginem isso! Combinaram com o mar isso? Precisam combinar com o mar, senão ele começa a fazer o que está fazendo na foz, justamente na divisa de Alagoas e Sergipe, comendo povoados inteiros. Claro, porque o rio não tem força. A dádiva de Deus foi muito bem equilibrada, para que a força do mar – na sua humildade, por isso é muito forte – ficasse uns centímetros abaixo dos rios, para que pudesse de todos os rios receber água.

No entanto, a partir do momento em que o rio perde a sua força, porque a música de Luiz Gonzaga já não serve – o rio São Francisco vai bater no meio do mar –, o mar vai consumindo os povoados na beira, justamente na foz de Alagoas e Sergipe, povoados que já foram destruídos inteiramente pela força do mar; e o mar faz a chamada cunha de salinidade dentro do rio.

Não é à toa que hoje menos de 1% das espécies de peixe que há dez anos se pescava no rio São Francisco sobreviveu. Não é à toa que hoje se pesca, em tonelada de peixe, menos de 10% do que se pescava há oito anos. Só isso demonstra claramente o gigantesco impacto ambiental por que passa o rio São Francisco.

Se o Governo quer fazer grandes obras, por que não assume o compromisso de revitalizar por cinco

anos o rio São Francisco, com investimentos em outros componentes de matriz energética – para que o rio possa cumprir seu destino – e no saneamento básico de 503 Municípios, que impedirá a poluição do rio e estabelecerá melhores dias para as famílias pobres que vêem seus filhos na rua, brincando no meio do esgoto, além de gerar empregos, dinamizar a economia e gerar renda? Por que não fazer isso?

Infelizmente, o projeto de transposição do rio São Francisco caracteriza uma farsa técnica, uma fraude política que tenta dividir o povo nordestino entre Estados onde passa o rio e Estados que supostamente seriam beneficiados com ele. Isso nada mais é do que o velho artifício de colocar dinheiro no bolso de empreiteiras, de construtores, de grandes latifundiários e certamente nas mãos de seus serviçais da política.

Portanto, Senador Efraim Moraes, coloco-me à disposição para ir à nossa querida Paraíba debater sobre a transposição do rio São Francisco.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a me surpreende por dois motivos. Primeiro, eu não acreditava que V. Ex^a tivesse essa idade toda; acreditava que estivesse abaixo dos 40 anos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Efraim Moraes, sabe qual é a desgraça da eleição para o Senado? É que não se pode mudar a idade. Como há idade mínima para entrar, e ninguém pode concorrer sem ter a idade mínima, fazem as contas da nossa idade. Na minha campanha, era uma desgraça, porque diziam que eu não tinha idade. Mas eu estava na marca.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a entrou na marca limite. Muito bem!

Hoje V. Ex^a, como professora dá uma aula, mas me parece que V. Ex^a deu aula só para um lado e se esqueceu do outro.

Vamos continuar discutindo a transposição do São Francisco, que é da maior importância para o meu Estado, a Paraíba. Considero importante continuar a discussão, mas nunca dividindo o Nordeste. Pelo contrário, temos que unir o Nordeste para dividirmos o pouco da

água de que precisa a minha Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará e outros Estados. Vamos continuar a discussão, e nós, paraibanos, vamos continuar defendendo a transposição das águas do São Francisco – V. Ex^a pode ter certeza disso –, sem querer dividir o Nordeste, mas unindo todos os Estados a fim de levar água para toda a região.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei rapidamente sobre dois temas, mas antes quero fazer uma observação sobre o discurso e a revelação da Senadora Heloísa Helena.

Independentemente da idade cronológica da Senadora, para mim, ela terá sempre a idade da paixão e da luta transparente, que é o que representa aqui. Ela sabe do nosso carinho. Já tivemos muitas discordâncias neste plenário e algumas concordâncias, mas sempre houve muito respeito, muita amizade e até identidade de princípios. Ela é nordestina, e eu também. Sou da terra onde nasce o riacho do navio, da música de Luiz Gonzaga. Portanto, sei o que é rio seco e, graças a Deus, também sei o que é rio cheio na Amazônia, cujo potencial de água precisa ser mais bem explorado e defendido. Essa é a bandeira que temos levantado na região.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra para fazer dois registros. Primeiro, em nome do PMDB e em meu nome pessoal, quero hoje saudar e homenagear as professoras e os professores em seu dia. Professores de todo o Brasil dedicam a sua vida para formar, com muita dificuldade, as futuras gerações.

Ontem, o meu discurso ressaltava que, no debate da política municipal, em todo o Brasil – que acompanhei em Roraima e em alguns Estados –, falou-se sobre a questão do financiamento da pré-escola, de creches para crianças de dois a seis anos, pois não há mecanismos que efetivamente coloquem a atuação de professores para cobrir essa lacuna, que atualmente não é obrigatoriedade de ninguém. Não é uma obrigatoriedade municipal, que já se responsabiliza pelo ensino fundamental; não é do Estado, que cuida do ensino médio. Então o ensino infantil ficou, de certa forma, colocado à margem, quando se sabe, por resultados práticos, que o aluno advindo de uma escola infantil, de dois a seis anos, chega ao ensino fundamental em melhores condições, inclusive de ali-

mentação, pois efetivamente na escola tem condições de se alimentar melhor. Fiz, então, aqui um desafio de buscarmos um mecanismo novo para financiarmos a educação infantil no Brasil.

Hoje quero homenagear as professoras e os professores e testemunhar o esforço desses profissionais em Roraima. O meu Estado é o mais distante do Brasil, o que tem mais dificuldade, o mais pobre economicamente, se formos analisar o PIB de cada Estado. Mas, sem dúvida nenhuma, possui professores que se dedicam de corpo e alma.

Posso falar bem da dedicação dos professores porque um dos meus primeiros cargos públicos foi o de diretor da área de administração da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Eu havia saído há pouco tempo da faculdade e fui ser diretor. O Secretário de Educação de então era o agora Senador José Jorge de Vasconcelos. Sem dúvida nenhuma, para mim, foi uma lição muito grande conviver com professores e ver sua dedicação. Dizíamos o seguinte: quer fazer alguma coisa acontecer, entregue a um professor ou a uma professora, que ele sabe o que fazer, porque ele está acostumado a se virar e enfrentar dificuldades.

Então, deixo aqui nosso carinho, nossa homenagem a todos os professores e professoras do Brasil, especialmente os de Roraima, e fica a certeza de que ainda temos que caminhar muito para que o professor brasileiro tenha condição de trabalhar, ensinar e de ver a sua vida plena de realizações com a atuação que ele pode ter.

Temos muitas dificuldades no País. É verdade que a educação avançou, mas, em questão de qualidade, de melhoria de vida e da construção da cidadania, ainda resta muito a fazer, e, sem dúvida nenhuma, o instrumento é o professor. É importante que mecanismos como o Fundef sejam fortalecidos, que a melhoria salarial dos professores seja algo permanente, assim como a capacitação dos professores também, porque o Brasil não são apenas as grandes cidades do Brasil, mas também as pequenas cidades espalhadas por esta terra, e as dificuldades operacionais são muito grandes.

Agora, Sr. Presidente, quero exatamente fazer mais uma cobrança à Câmara dos Deputados. Volto ao tema da reforma tributária porque quero conclamar os Prefeitos a virem a Brasília para pressionar a Câmara dos Deputados a cumprir o compromisso, feito pelo Senado, de aumentar o FPM das Prefeituras. Fui o Relator da reforma tributária, em que fizemos um

acordo. Esse acordo retirou dinheiro do Governo Federal. Portanto, estamos fazendo redistribuição de renda, tirando do Governo Federal para dar aos municípios, injetando recursos no FPM, para beneficiar os municípios mais pobres, porque são estes que dependem do FPM. Há um acordo desse aumento de um por cento da partilha, que, em dezembro, vai representar cerca de 50% a 60% a mais de uma parcela do FPM para as Prefeituras. Isso viabilizará o pagamento do décimo terceiro salário aos servidores, inclusive os professores da rede municipal.

Há quase um ano que a matéria está paralisada na Câmara dos Deputados. O exercício está se acabando e se essa matéria não for aprovada e promulgada até novembro, ou pelo menos parte dela, no que diz respeito ao FPM, os prefeitos não receberão este ano, o que, efetivamente, foge do acordo que foi feito e da expectativa dos próprios prefeitos.

Então, mais uma vez, apelo ao Presidente João Paulo, ao Relator da matéria, aos Líderes na Câmara, porque a questão é suprapartidária, para que revejam a matéria. Há, no Brasil, prefeitos de todos os partidos. Portanto, é importante que os prefeitos sejam respeitados e que o acordo seja cumprido. Quero fazer este apelo, cobrar, conclamar os prefeitos de todas as associações e organizações de prefeitos a virem a Brasília. A Associação dos Municípios de Roraima estará presente aqui, o Presidente Alfredo Gadelha e os Prefeitos estão mobilizados.

Ao encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de conclamar todos os Senadores, todos os Parlamentares a cobrarem uma rápida votação da matéria, que diz respeito ao interesse básico do município, ao interesse do cidadão, inclusive ao interesse dos servidores municipais, que, muitas vezes, dependem desses recursos para receberem o décimo terceiro salário.

Peço a V. Ex^a a transcrição da matéria "Prefeitos querem aumento de 1% no FPM", publicada na **Folha de Boa Vista**, e, mais uma vez, saúdo todos os professores e professoras deste País.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
DISCURSO.**

Prefeitos querem aumento de 1% no FPM

RIBAMAR ROCHA

O presidente da Associação dos Municípios do Estado de Roraima (AMR) e prefeito de Bonfim, Alfredo Gadelha afirmou que vai mobilizar a entidade com a finalidade de engrossar o coro dos presidentes de associações municipalistas na luta pelo aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

"Os prefeitos, atualmente, vivem de pires na mão. É preciso que o Brasil reconheça que o município é a base de tudo no que diz respeito ao bem-estar social da população", disse. "Mas, para elevar ainda mais a qualidade dos serviços públicos nos municípios, precisamos de mais recursos", justificou.

Gadelha disse que vai convocar os prefeitos a pressionarem os parlamentares roraimenses para que votem a favor do projeto. "Neste momento de eleição municipal em todo o país, é o momento de observar qual parlamentar é a favor dos municípios e do povo", disse.

Ao ser indagado quais os prejuízos que os municípios teriam caso os parlamentares não votem a favor da reivindicação dos prefeitos, foi enfático: "Por acreditar que a bancada roraimense vote a favor, estou convicto de que vamos conseguir a aprovação desse projeto".

"Mas, diante dessa hipótese, os municípios ficarão impedidos de receber o crédito da parcela extra de FPM em dezembro", complementou. "Com isso, o pagamento do 13º salário dos funcionários públicos municipais poderá ficar comprometido".

Gadelha lembrou que na última semana de agosto, presidentes e vice-presidentes das entidades municipalistas de todo o país pressionaram os líderes da Câmara e do Senado para que fosse votado, durante o esforço concentrado, a PEC 255/04 que se refere à Reforma Tributária e que prevê aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A mobilização dos dirigentes municipalistas, em Brasília, segundo Alfredo Gadelha, foi positiva e resultou no comprometimento do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), em inserir na pauta do esforço concentrado deste mês da Câmara dos Deputados a pauta reivindicada pelos dirigentes dos municípios. (R.R)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– A solicitação de V. Ex^a será atendida de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Paulo Octávio, se assim o desejar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da **TV Senado**, não posso começar meu pronunciamento sem lembrar dos professores, categoria que é inspiração para todo nós.

A educação no Brasil passa por um momento, eu diria, aflitivo. Há uma demanda muito grande na pré-escola, principalmente nas áreas mais pobres do Brasil. Não existe pré-escola no semi-árido, não existem creches suficientes. Nas próprias capitais do Brasil, no Rio de Janeiro, por exemplo, ainda há 40 mil crianças de zero a dois anos que se encontram na fila aguardando uma vaga para creche e 70 mil na pré-escola.

No momento em que parabenizo os professores, sei que lutam contra dificuldades enormes. Falta, às vezes, a boa merenda, faltam instalações, falta treinamento, mas os professores e professoras do Brasil são de um denodo, de uma galhardia, de um heroísmo extraordinário e graças a eles o Brasil, se não tem uma economia pujante por falta de uma política econômica mais lúcida, é, sem sombra de dúvida, o país que mais cresceu nos últimos cem anos e que se desenvolve formando grandes cidades e grandes centros.

Parabéns a todos os professores e professoras deste nosso Brasil!

Sr. Presidente, o motivo de eu estar aqui hoje é porque quero fazer o lançamento, no Senado Federal, de uma frente parlamentar por uma política de pleno emprego.

Acabo de participar de uma eleição à Prefeitura do Rio de Janeiro, durante a qual visitei muitas comunidades carentes. A cidade do Rio de Janeiro tem mais de 700 e devo ter ido a cerca de 200. Fiquei assustado com a crise social.

Sr. Presidente, morei na África por quase dez anos e nunca vi as cenas dramáticas de miséria, de desemprego, de falta de assistência, de saneamento, de habitação que vi na cidade do Rio de Janeiro e nas comunidades do Rio de Janeiro.

Quero saudar também aqueles que nos assistem pela **TV Senado** e nos ouvem pela **Rádio Senado**.

Essa crise social esmagadora tem trazido um preço muito alto, socialmente falando, à população do

Brasil, e o pano de fundo disso tudo é o desemprego. Todos os indicadores sociais perversos, no mundo todo, em todas as sociedades, em todos os tempos, têm relação direta com o desemprego: seqüestro, estupro, narcotráfico, homicídio, latrocínio, roubo. Os índices aumentam na medida em que aumenta também o índice do desemprego, que já vitima 22 milhões de brasileiros, que se encontram desempregados ou subempregados em estratégias de sobrevivência à margem, muitos deles, da criminalidade. São 22 milhões de brasileiros, segundo números do IBGE.

Na Grande Rio, a população da área metropolitana do Rio de Janeiro já conta com mais de 1,2 milhão de desempregados. E quando falamos em desempregados e subempregados nessas estatísticas do IBGE, não deixamos de contar aqueles que trabalham recebendo um salário mínimo, muitas vezes sem assistência trabalhista, e que mal conseguem ganhar para sobreviver. E cada vez mais se paga um salário mínimo no Brasil porque há uma oferta extraordinária de mão-de-obra. Nestes tempos de economia neoliberal, o mercado regula tudo: havendo muita oferta, cai o preço, diminui a demanda. E hoje a mão-de-obra do brasileiro encontra-se neste estágio: existe muita oferta de médico, de engenheiro, de pedreiro, de carpinteiro, de auxiliar disso e daquilo e, portanto, os salários estão cada vez mais baixos.

O Brasil atravessa, então, como disse, a pior crise social da sua história, determinada por níveis recordes de desemprego, de subemprego e de marginalização social. São visíveis os reflexos dessa crise, em termos de queda da renda do trabalho dos ocupados, de insegurança da sociedade em geral e de criminalidade. Há uma degenerescência do tecido social, com a desagregação de milhões de famílias e de indivíduos submetidos a condições materiais precárias. Acima de tudo, estamos liquidando literalmente com as perspectivas de vida dos jovens de todos os segmentos sociais, que não encontram chances de ascensão social, sendo que muitos estão efetivamente em descenso social.

Quero lembrar que desses números citados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de 1,241 milhão de desempregados, 45% estão abaixo dos 26 anos de idade. A matriz da crise social é o alto desemprego e o subemprego e o alto desemprego é uma determinação da política econômica neoliberal.

Elegemos o Presidente Lula na expectativa de que a política econômica recessiva e desempregadora do governo anterior fosse revertida. Não foi. Em lugar disso, foi aprofundada. O superávit primário, que são recursos retirados da sociedade pelo Estado acima do que o Estado lhe devolve, como compra de bens e serviços, foi aumentado, em lugar de diminuído ou

eliminado. As taxas de juros foram agressivamente elevadas de um golpe e depois reduzidas a conta-gotas; mas recentemente aumentadas de novo e mantidas atualmente em patamares intoleráveis. O resultado tem sido um agravamento do desemprego e do subemprego já em níveis de depressão econômica em algumas metrópoles. A sociedade brasileira já identificou, pelo que se vê em todas as pesquisas de opinião, que o alto desemprego e a queda de renda do trabalho que lhe está associada são decorrentes, fundamentalmente, do tipo de política econômica que adotamos dos anos 90 para cá. Isso tem que ser revertido.

Temos a esperança de que o Presidente Lula compreenda o clamor social por uma política de pleno emprego e redirecione nesse objetivo as políticas públicas. Esse é um imperativo de nossa estabilidade social e, em última instância, de nossa estabilidade política.

A reversão da política em curso passa por uma retomada vigorosa do dispêndio público. Os ideólogos neoliberais espalharam a noção de que o Estado brasileiro está quebrado e, portanto, não pode investir. É uma falácia, o Estado brasileiro arrecada por ano acima do que gasta quase 70 bilhões de reais. Esse foi o superávit do ano passado. Aliás, os 4,25% de superávit são intoleráveis a uma economia como a nossa. Nesse primeiro quadrimestre de 2004 chegaram a 6,75%. As verbas contingenciadas pelo Governo alcançaram, nos quatro primeiros meses do ano, o valor de R\$30 bilhões – impostos recolhidos de brasileiros e empresas que não foram devolvidos à sociedade em forma de investimentos, de compra de bens e serviços. O resultado disso tudo é que o Brasil vive hoje essa falácia. Como pode um Estado estar quebrado se faz um superávit tão alto?

Ainda me lembro que, no princípio deste ano, em uma visita à Argentina, conversando com a Senadora Kirchner, esposa do Presidente e Presidente do Senado argentino, S. Ex^a me dizia que a Argentina pratica um superávit de 3% e já acha alto, tem a intenção de negociar em níveis mais baixos com o FMI. Posição completamente diferente do nosso Secretário de Tesouro, Dr. Levy, que em reunião recente em Nova Iorque, no FMI, foi quem propôs aumentar o superávit, já em níveis intoleráveis de 4,25% para 4,5%. Imagine, Senador Paulo Octávio, que os técnicos do Fundo Monetário Internacional, representantes diretos de banqueiros – e V. Ex^a sabe que os banqueiros sempre querem ganhar mais –, recomendaram ao Brasil que baixasse os níveis do seu superávit econômico, o superávit primário. E o nosso Secretário do Tesouro se voluntariando a aumentar...

É claro que o Secretário não vive as dificuldades de um pai desempregado, não passa pelo drama de uma mulher com um filho ou uma filha no colo na fila de um hospital com o sistema de saúde caótico que vivemos. Talvez nunca tenha visitado uma comunidade carente, como visitei na época da eleição e encontrei uma senhora chorando, porque seu marido, um senhor de menos de 60 anos, como não conseguia atendimento médico para tratar de hemorróidas, tomou um litro de querosene e morreu.

Essa é a situação do Brasil, das comunidades, o Brasil das grandes cidades, o Brasil que é vítima do crime organizado, da captura de tantas crianças pelo narcotráfico, deste Brasil que, parece, não passa pelos gabinetes dos nossos técnicos do Ministério da Fazenda!

O Estado brasileiro arrecada por ano acima do que gasta: quase 70 bilhões de reais – é o chamado superávit primário. Esse dinheiro é esterilizado na política monetária sem qualquer função na atividade econômica e nas políticas públicas, seja de serviços seja de infra-estrutura. É dinheiro retirado da produção privada de bens e serviços e que não volta ao circuito da produção de bens e serviços. No entanto, pode tornar-se a base de um programa de retomada econômica no Brasil.

Os ideólogos neoliberais sustentam que o superávit primário é necessário para pagar os juros da dívida pública ou para conter a inflação. Entretanto, os juros da dívida pública têm sido recorrentemente pagos com o aumento da própria dívida, pois seus titulares não têm como investir no setor produtivo numa situação de demanda persistentemente em queda, por causa do desemprego e da redução da renda do trabalho. Assim, são os próprios receptores do serviço da dívida pública que impõem o aumento desta. O dinheiro do superávit não faz falta para pagá-la. E se o Governo não o usa para aumentar o dispêndio, é recessivo e desempregador. Tecnicamente, é ridículo dizer que reduzir o superávit equivale a dar calote na dívida.

A outra vertente recessiva e desempregadora da política econômica são as taxas básicas de juros escorchantes que se têm praticado no Brasil. Fala-se na necessidade de aumentar o superávit primário para pagar os juros da dívida pública, mas não se fala em reduzir a taxa de juros básica para diminuir a necessidade desse superávit. Os governos, o anterior e o atual, jamais se explicaram ou se explicam em relação a essa contradição. Dizem que a taxa de juros é uma imposição do mercado. Entretanto, qual é a função do Banco Central senão arbitrar soberanamente a taxa básica de juros? Na realidade, a taxa é alta não porque

o “mercado” quer, mas porque o Banco Central atende ao que o “mercado” quer.

Uma política de promoção do pleno emprego, tal como preconizamos, passa por uma redução drástica, pelo menos enquanto durar o alto desemprego, do superávit primário no Orçamento público. Passa também por uma redução drástica, para patamares internacionais, da taxa básica de juros. E, para que isso possa ser feito sem fuga de capitais especulativos para o exterior, exige também o controle de capitais a curto prazo. Implica, além disso, a administração do câmbio num nível favorável às exportações, para que não haja dúvida sobre o nosso comprometimento de pagar a dívida externa com superávit comercial.

Entretanto, a chave do sucesso de uma política de promoção do pleno emprego no Brasil contemporâneo é o aumento do dispêndio público a partir da redução do superávit primário. Essa expansão do gasto público jamais geraria inflação. Primeiro, porque é financiada diretamente por impostos recolhidos da sociedade. E, segundo, porque, com o alto desemprego e a renda do trabalho em queda, partimos de uma situação de demanda extremamente reduzida – o que impede uma inflação de demanda. No que o crescimento retomasse e a demanda aumentasse, enfrentaríamos a inflação com uma política de rendas como nos países industrializados da Europa Ocidental no pós-guerra.

A mobilização de quase R\$70 bilhões anuais para o dispêndio não inflacionário em serviços públicos básicos e em infra-estrutura reduziria drasticamente o desemprego e o subemprego, e mudaria para melhor as condições sociais brasileiras em poucos anos. Precisamos construir as bases do Estado do bem-social no Brasil. Revolucionar a saúde, a educação, a habitação, o saneamento básico, acelerar a reforma agrária, reestruturar o setor de defesa; e reconstruir e ampliar a infra-estrutura logística, sobretudo o setor rodoviário, que está em frangalhos. A Frente Parlamentar por uma Política de Pleno Emprego não se coloca contra o Presidente Lula ou contra o PT. É um movimento suprapartidário, do qual esperamos que participem, também, Parlamentares do PT. Coloca-se de forma propositiva pelo Brasil e pelo povo brasileiro, a fim de reverter a crise social histórica que atravessamos e para a qual não há saída nos termos da atual política econômica.

A nossa intenção é levar o Presidente Lula a mudar o curso da política que herdou e, de acordo com as aspirações dos milhões que o elegeu – e nos elegeram também – colocar o Brasil no rumo da prosperidade e do pleno emprego.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Nobre Senador Paulo Octavio, antes de V. Ex^a pedir o aparte, eu já o havia concedido.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Muito obrigado. É muita gentileza de V. Ex^a. É com muita alegria que ouço o pronunciamento de V. Ex^a, que, com muita profundidade, analisa a questão econômica do nosso País, que realmente atravessa por dificuldades. Entre os países em desenvolvimento, a posição do Brasil decresce, passando da oitava para a décima sexta. Nosso País realmente tem tudo para crescer, mas infelizmente não chegou ao que desejamos. Acompanhei também a campanha de V. Ex^a como candidato a prefeito do Rio de Janeiro, uma campanha valorosa, de embate político de alto nível. Entendo que V. Ex^a mostrou à cidade do Rio de Janeiro seu comportamento como político. Não obteve a vitória, mas se mostrou um candidato à altura, um candidato com a sabedoria de que devem ser dotados os políticos brasileiros. Entendo que o comportamento de V. Ex^a na campanha no Rio de Janeiro foi um exemplo para todos os demais políticos brasileiros, mostrando que devemos saber ganhar e perder, sempre com dignidade, como V. Ex^a vem fazendo em sua vida pública. Por isso, quero deixar aqui meu testemunho da importância do pronunciamento de V. Ex^a. Hipoteca total solidariedade às palavras de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Marcelo Crivella, não poderia deixar de participar, com esse modesto aparte, do pronunciamento de V. Ex^a. Primeiro para parabenizá-lo pela postura apresentada na eleição do Rio de Janeiro. Embora eu seja de um pequeno Estado, Piauí, o Rio de Janeiro é para nós o mais charmoso endereço do Brasil. Por isso o Brasil inteiro acompanha a eleição no Rio de Janeiro. Daí por que, às vezes, acompanhamos a eleição de lá com mais interesse do que aquela realizada em nossos Estados. Tive oportunidade de observar a postura elegante que V. Ex^a apresentou durante todo o pleito, enfrentando inclusive o candidato do meu Partido, o Prefeito César Maia, que logrou êxito no primeiro turno. A modéstia e a humildade com que V. Ex^a encarou o resultado servirá de lição para todos. Acho, Senador, que, depois do veredicto das urnas, o Senado da República ganhou. Eu já havia dito isso a V. Ex^a num encontro que tivemos no corredor. Precisamos e temos que aprender com V. Ex^a, que chegou a esta Casa e está crescendo. Tenho certeza de que o Rio de Janeiro terá outras oportunidades de tê-lo como governante, mas o Senado precisa de V. Ex^a neste momento. Por-

tanto, não lastimo sua derrota nem o parabenizo. Deus sabe o que faz. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Muito obrigado, Senador, pelas lindas e generosas palavras.

Vou encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que nós precisamos lutar para que o Governo retome o crescimento do País.

Estamos fazendo agora uma campanha e gastando muito dinheiro com ela tentando retomar a auto-estima do brasileiro. Artistas que sofreram acidentes e que servem como modelo de lutadores, mas como podemos ter auto-estima, se estamos sendo massacrados por uma crise social sem precedente em nossa História?

Andando pelas favelas do Rio, para pedir votos, presenciei fatos que nunca vi nos dez anos em que vivi na África. Não vi em Angola, na Zâmbia, no Malau e no Quênia: crianças vendendo cocaína, senhoras comprando cocaína. Isso é uma coisa absurda.

Quero fazer um apelo aos meus companheiros e ao Brasil. Como vamos guardar 70 bilhões de superávit quando há uma necessidade tão grande em nossos hospitais, em nossas estradas, para geração de empregos, na infra-estrutura, no saneamento das mais de quinhentas cidades que a que V. Ex^a se referiu, ribeirinhas do São Francisco, nos projetos do semi-árido, que poderiam ser feitos como o projeto da Fazenda Nova Canaã, abrindo quatro, quatro, cinco, seis postos e criando dez, vinte, trinta, quarenta hectares para irrigar e dar comida ao pobre.

Precisamos gerar empregos nesse país. A crise social tem como pano de fundo essa política econômica desastrosa de nosso Governo, que precisamos mudar.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Efraim Morais, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti e pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Saudando V. Ex^a pelo pronunciamento, Senador Marcelo Crivella, gostaria de passar a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, lamento que uma semana se passe sem nenhuma votação nesta Casa.

Senador Mão Santa, entendo que precisamos ter a coragem de, o mais breve possível, apreciar alguns

pontos da reforma política. Um dos pontos mais importantes, repito, é a coincidência dos mandatos. O Brasil não pode mais dar-se ao luxo de paralisar o Congresso, o Executivo, os Estados, de dois em dois anos. O custo dessas eleições, contabilizados oficialmente, de R\$700 milhões foi repassado do Tesouro Nacional ao Tribunal Superior Eleitoral. O custo da paralisação do Congresso Nacional, o custo da paralisação do Executivo, constitui um preço muito alto para um país em desenvolvimento pagar.

Entendo que poderíamos, sim, promover eleições de quatro em quatro anos, eleições gerais, elegendo o Presidente da República ao vereador. Estamos preparados para, com a maior brevidade possível, implantar esse processo eleitoral.

O que me preocupa nessa descontinuidade administrativa que ocorre nas capitais é o fato de que, normalmente, quando o prefeito eleito toma posse – os que foram eleitos agora vão tomar posse no próximo ano –, encontra um Governador em campanha para a reeleição ou para fazer o seu sucessor. Isso faz com que todas as capitais brasileiras sofram com a falta de projeto.

Entendo que um Governador e um prefeito de capital devem estar unidos no processo de recuperação de suas cidades, mas, como normalmente são eleitos em momentos diferentes, as propostas são diferentes, os programas são diferentes, os projetos são diferentes e, logicamente, o interesse de um não é o interesse do outro.

Senador Mão Santa, V. Ex^a que foi Governador, sabe muito bem que é difícil administrar um Estado sem contar com a participação do prefeito da capital e sabe muito bem que poderíamos dar oportunidades a uma nova geração de políticos. O que ocorre com essas eleições de dois em dois anos é que, normalmente, são os mesmos candidatos. Os candidatos derrotados a prefeitos serão candidatos a Governadores ou a Deputados, tirando a oportunidade de novos valores na política brasileira.

Por esses vários motivos, apresentamos, na semana passada, um pedido ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, para que coloque em discussão e votação o projeto de nossa autoria, devidamente examinado por todas as Comissões, inclusive por uma Comissão especial criada para debater o assunto, a qual chegou à conclusão, por votação, que a coincidência dos mandatos é vital para o futuro do nosso País.

Por isso, volto, mais uma vez, a esta Casa para fazer um apelo aos Senadores que deram apoio à carta que encaminhamos ao Presidente da Câmara, para que lutem, façam um esforço a fim de iniciarmos a reforma política tão almejada por todos os Congressistas, jus-

tamente nesse ponto que, na minha visão, é crucial, é economia para o País em todos os sentidos.

Mas hoje é Dia do Professor e, para minha alegria, quem preside a sessão é uma professora, a Senadora Heloísa Helena. Está de parabéns o Senado Federal, Senador Efraim Morais, por podermos assistir a uma sessão como esta, presidida por uma mulher valorosa, uma professora.

Senadora Heloísa Helena, ao cumprimentá-la, cumprimento todas as professoras e professores do meu País, de Brasília em especial, e digo do inestimável trabalho que fazem.

Lembro-me de que, quando tinha sete anos de idade, a minha professora foi a minha paixão. Como muitos outros alunos, jovens brasileiros que hoje estão apaixonados por suas professoras, lembro-me exatamente de que a minha professora, que me tocou profundamente, que me dava tanto carinho, tanta atenção, foi a primeira paixão da minha vida. Foi uma paixão até longa, mas foi de um carinho extremado. E ainda brinco quando a vejo, já bastante idosa, na minha cidade. Tenho pela minha professora Vitória grande paixão até hoje.

Sr. Presidente, no dia em que homenageamos o professor, farei uma homenagem a uma entidade muito importante para Brasília e para o Brasil, que ajuda também a educação brasileira.

Nos últimos anos, temos lutado muito pela educação no nosso País. Entendo que o grande caminho e a saída para o desenvolvimento do Brasil é justamente o investimento na educação. Por isso, é com satisfação que farei, a partir de agora, um pronunciamento em homenagem à Gráfica do Senado.

Foi com muita satisfação que realizei, recentemente, uma visita às instalações da Secretaria Especial de Editoração e Publicações ou, como é conhecida e reconhecida por todos nós Senadores que usamos seus serviços, a Gráfica do Senado. Fiz até uma entrevista naquela casa para o programa Emprego e Serviço, que exibe diariamente na **TV Brasília**.

Recebido por dirigentes e funcionários, os ce-grafianos, como gostam de ser vistos esses operosos profissionais da impressão, passei bons momentos conhecendo as diretorias e os serviços, que operam como cérebro dessa admirável organização, responsável por todos impressos oficiais do Senado brasileiro. Tive também a oportunidade de conhecer o moderníssimo parque gráfico e as rotinas de trabalho deste que, seguramente, desponta como um dos grandes centros de produção e impressão do nosso País.

Talvez a maioria dos Senadores não teve a oportunidade de conhecer ainda a gráfica que faz todo o trabalho para esta Casa.

Todos nós sabemos, Sr^a Presidente, que a publicidade é etapa essencial do processo legislativo. Eu diria mesmo que, ao localizar-se na instância final de uma seriação de atos iniciados pela proposição normativa de um parlamentar, a publicidade é a culminância, o momento mais relevante do processo legislativo. Faço essa afirmação porque é justamente por meio da divulgação da norma, de sua ampla difusão, que a sociedade, destinatária final do drama legislativo, aprende e ganha a possibilidade de apreender as novas determinações legais. É o momento em que a norma, enfim, começa a adquirir vigência e, o mais importante, exigibilidade, isto é, passa a impor observância por parte de todos aqueles que a ela se devem sujeitar.

Em uma visão simplificada do papel da nossa Gráfica, podemos afirmar que ela opera **pari passu** ao processo legislativo, garantindo o indispensável suporte à atuação dos parlamentares e o conhecimento público de cada momento de uma das atividades precípuas do representante popular, que é, naturalmente, a elaboração das leis.

Na Assembléia Nacional Constituinte do final dos anos 80, a Gráfica do Senado destacou-se pela eficiência com que proporcionava as respostas imediatas exigidas pelos responsáveis pelo processo de elaboração de nossa atual Carta Política. Esse foi, indiscutivelmente, um de seus muitos grandes momentos de atuação.

Mas ater-me unicamente a essas funções, embora essenciais e indispensáveis para o nosso labor cotidiano, seria, como disse, simplificar as funções da Gráfica. A verdade é que a Gráfica do Senado tem se mostrado absolutamente necessária como órgão de apoio às atividades de uma instituição do porte do Senado Federal – recentemente, nessa visita tive oportunidade de ver estampada em uma das suas paredes uma mensagem feita pelo Senador Mão Santa –, mas igualmente pelas suas próprias iniciativas e por uma incomum capacidade de articulação com os Gabinetes dos Senadores e com toda a estrutura administrativa da Casa. Os profissionais que lá exercem suas atividades estão classificados entre os mais qualificados no segmento, e além dos gráficos, um dos motores dessa fantástica estrutura, temos ainda um vasto conjunto de profissionais que cuidam da criação, da digitação, dos originais, do *layout*, da arte-finalização, da revisão e do controle de qualidade dos inúmeros produtos oferecidos cotidianamente não apenas aos Senadores, mas a toda a sociedade brasileira.

Acato, com muita alegria, um aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Octávio, quero me juntar a V. Ex^a neste oportuno pronunciamento. Tenho certeza de que interpreto também o pensamento de toda esta Casa. V. Ex^a hoje faz uma justa homenagem a esses servidores, na sua maioria anônimos, e que nos dão um suporte essencial e necessário para a nossa atividade. A rapidez dos serviços da Gráfica do Senado é uma coisa admirável, além da sua beleza gráfica e diagramação. Portanto, penso que a Gráfica do Senado tem sido fundamental para o exercício da nossa atividade. Estamos acostumados a receber, desde cedo, em casa, o jornal impresso, as publicações nos gabinetes, a Ordem do Dia sobre as nossas bancadas, e talvez não façamos uma avaliação de quanto é complexo todo esse trabalho. De forma que é justa a homenagem que V. Ex^a presta. Tenho certeza de que interpreta também o pensamento desta Casa. Parabenizo V. Ex^a e todos os funcionários que fazem a Gráfica do Senado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Além dos produtos da Gráfica que estão disponíveis para a sociedade como um todo, quero destacar outros.

Em primeiro lugar, devo dizer que, graças a um trabalho coletivo liderado pela Gráfica, o Senado faz-se representar em várias das mais importantes feiras de livros realizada em todo o País. Com seu estande, sempre muito prestigiado pelo público, a gráfica coloca à disposição de brasileiros de todos os quadrantes o conjunto de publicações que integram o já alentado Fundo Editorial do Senado. São obras que não despertam interesse comercial da maioria das editoras, mas que se constituem em peças fundamentais para a compreensão do Brasil que se vão tornando acessíveis aos brasileiros inclusive pelo preço.

Grças à ação continuada do Conselho Editorial do Senado, criado em 1997– e aproveito também para fazer este registro – vimos recuperando livros de indiscutível interesse histórico acerca da estruturação política, econômica e social brasileira. São obras de formação imprescindíveis para um adequado entendimento do longo processo histórico que nos fez o que somos hoje. Em sete anos de atuação, é preciso que se diga, o Conselho Editorial já recuperou mais 100 títulos. E tudo isso com a competente colaboração da Gráfica, responsável final pela formatação dessas obras.

Por sinal, quero lembrar e agradecer à Gráfica do Senado porque, no dia do aniversário de nascimento do ex-Presidente JK, aqui, numa sessão solene, Senador Heráclito Fortes, entregamos a 200 pioneiros de Brasília o livro de JK, que foi Senador da República, intitulado **Por que construí Brasília**. Acredito que já

não é publicado por nenhuma editora, mas felizmente a Gráfica do Senado resgatou a história de um Senador da República que teve seus direitos políticos cassados nesta Casa, um período de triste memória do Brasil. Graças ao trabalho da Gráfica do Senado, o livro foi entregue a 200 pioneiros de Brasília.

Um outro trabalho que é motivo de orgulho para os cegrafianos, para o Senado Federal, enfim, para toda a sociedade, são as edições em braile, iniciadas com a publicação da Constituição Federal. Seguiram-se a Lei de Doação de Órgãos, o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Atualmente, um dos projetos mais importantes em elaboração é a impressão em braile de todas as Constituições estaduais e da Lei Orgânica do Distrito Federal. Dessa forma, a Gráfica cumpre sua vocação social e evidencia o alto grau de responsabilidade junto à sociedade brasileira, pois, em um esforço regular inédito, vem proporcionando aos deficientes visuais o acesso à legislação brasileira, passo decisivo para a afirmação da cidadania.

Por fim, quero lembrar que a Gráfica é ainda responsável pela impressão do **Jornal do Senado**, editado pela Secretaria de Comunicação Social. Com suas duas edições – uma diária, com distribuição local, e outra semanal, distribuída nacionalmente –, o **Jornal do Senado**, em quase dez anos de existência, firmou-se como um importante elo entre o parlamentar e a sociedade, um verdadeiro veículo de prestação de contas das atividades diárias dos Senadores.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Serys – que também é professora, meus cumprimentos –, o curioso é que, desde o advento da popularização da Internet, na segunda metade dos anos 90, intensificou-se a atuação dos futurólogos de plantão, que não se cansam de prever o fim da chamada galáxia de Gutenberg. Iniciada em meados do século XV, quando o alemão João Gutenberg, em Mainz, às margens do Reno, criou os tipos móveis, no escopo dessa galáxia foi promovida uma das mais decisivas e fenomenais revoluções da história, que garantiu a possibilidade de efetiva disseminação do conhecimento.

Com frequência, ouvimos falar sobre o fim do livro, do jornal e da revista impressos, substituídos todos pelas edições eletrônicas, acessíveis na tela dos computadores. Não sei como pensam V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas para mim parece implausível uma tela de raios catódicos ou mesmo a sofisticada elegância do monitor de cristal líquido substituir a prazerosa leitura de um bom volume em papel. Ademais, o que a realidade nos tem demonstrado é que ambos os suportes convivem harmonicamente e, em absoluto, não se excluem.

Contudo, a Gráfica do Senado, atenta às mudanças que ocorrem em todo o mundo, já se encontra plenamente adaptada aos ditames da revolução digital. Em seus 65 mil metros quadrados, a Gráfica compõe e reproduz o cotidiano da vida legislativa com equipamentos de última geração, prestando serviços ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados. As duas Casas demandam uma operação de quatro turnos de trabalho, isto é, temos um centro gráfico *full time*, para atender, com a celeridade requerida, num mundo em constante aceleração, às contínuas necessidades do Poder Legislativo brasileiro e de seus representantes.

Por tudo isso, Sr^a Presidente, no momento em que a Gráfica do Senado caminha para completar seu 41º em novembro próximo, quero congratular-me com seus dirigentes e funcionários na pessoa do Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Júlio Werner Pedrosa, que tem a sua vida dedicada à Gráfica. Congratulo-me, igualmente, com o atual Diretor-Geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, que dirigiu a Gráfica por mais de oito anos, emprestando seu talento para a construção de um dos grandes centros de excelência que integram a formidável estrutura do Senado Federal.

Quero, ao finalizar minhas palavras, dizer que nós, Senadoras e Senadores, temos realmente um apoio inestimável dos funcionários desta Casa, que são competentes, equilibrados, determinados, prontos para atender às demandas de todos os Senadores. Eu, como representante de Brasília, fico muito feliz de estar nesta Casa nos últimos 20 meses da minha vida, porque tenho recebido um carinho inestimável, uma atenção imprescindível ao meu trabalho parlamentar.

Por isso, ao cumprimentar cada um dos funcionários da Gráfica do Senado, convido os Senadores aqui presentes e os demais ausentes para que um dia visitem esta Gráfica que presta um serviço inestimável aos nossos trabalhos.

Fico muito feliz, Senador Heráclito Fortes, Senador Mão Santa, ao vermos aqui, dirigindo os nossos trabalhos, justamente no Dia do Professor, duas professoras que honram o Senado, duas brilhantes Senadoras da República. Parabéns, professoras!

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Muito obrigada, Senador Paulo Octávio.

Também quero compartilhar com V. Ex^a da generosa e necessária homenagem que faz aos funcionários e à Gráfica do Senado. Todos sabemos o quanto sofrem com os nossos penduricalhos, nossos detalhes, nas nossas publicações; eu, que faço material em braile, dou mais trabalho ainda.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr^a Presidente, Professora Heloisa Helena, congratulo-me com todas as professoras do nosso País na sua pessoa.

Agradeço, Senador Heráclito Fortes, por me ceder este momento, porque viajo dentro em pouco.

Quero homenagear todas as professoras e todos os professores do meu Estado de Mato Grosso e do Brasil. O Ensino Fundamental e Médio, especialmente o Fundamental, é formado por mais de 95% de mulheres. A responsabilidade de nós, mulheres, na educação do nosso Brasil – e eu aqui especialmente falo do nosso Estado de Mato Grosso – é extremamente significativa.

Vejo aqui, no dia de hoje, uma companheira, professora da nossa Universidade Federal de Mato Grosso, onde dei aula por 26 anos e ela também, a Irmã Dineva Vanuzzi. Em seu nome, Dineva, pela sua história de luta na sociedade mato-grossense e na Universidade de Mato Grosso, a nossa homenagem muito especial. Por seu intermédio, quero homenagear todos da Universidade Federal de Mato Grosso, onde trabalhamos, repito, por 26 anos, fazendo ensino, pesquisa e extensão.

A universidade brasileira está extremamente sucateada. Por isso precisamos usar o dia de hoje para falar amplamente da necessidade de reconstruirmos a universidade brasileira, a fim de transformá-la numa universidade democrática, de qualidade, para todos os brasileiros e brasileiras que desejam, precisam e merecem fazer um curso superior.

Para conseguir tudo isso, precisamos reconstruir a nossa universidade. Recursos são imprescindíveis. Digo sempre que não sou contra as universidades particulares, mas é preciso que elas funcionem como empresas que são. Que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente à educação pública no Ensino Fundamental, Médio e Superior. E, para isso, temos um tripé, precisamos buscar a universalização do acesso. Todos que têm vontade, querem e precisam chegar ao ensino de escola básica, ao ensino fundamental ou ao ensino superior têm que ter esse acesso assegurado numa instituição pública. Tem que ter esse acesso, não importa a obrigatoriedade da idade assegurada pela lei. Pode ter mais idade do que a lei assegura, mas se quer o acesso, precisa tê-lo, Sr^a Presidente. Assegurar a universalização do acesso e da permanência, porque, se a as condições do entorno de quem está tendo esse acesso não forem as desejáveis, a permanência não se dará, e aí de pouco adianta assegurar esse acesso. Então, deve-se fazer a universalização do acesso e assegurar a permanência.

Precisamos também oferecer profissionalização aos trabalhadores da educação. Isso significa condições de trabalho, preparo permanente e salários dignos para a profissão. Não existe essa história de o professor ser um abnegado. Ele é um profissional e como tal tem que ser tratado, com preparo permanente, com condições de trabalho e com salários dignos.

Quando falo em trabalhadores da educação, refiro-me a todos que trabalham na área. O professor faz a educação, fundamentalmente, em qualquer nível, mas fazem a educação todos os servidores de uma escola, seja de qualquer grau. Todos os trabalhadores da Educação merecem e precisam das nossas homenagens nesse dia. É educador sim a merendeira; é educador sim aquela que limpa a nossa escola; é educador sim aquele que faz a guarda na frente do portão, recebendo as nossas crianças, os nossos jovens e até mesmo os nossos adultos. São educadores todos, sim, e todos precisam desse preparo permanente, se queremos fazer uma educação de qualidade, que resgate a cidadania de homens e mulheres, de jovens, de crianças de nosso País.

Precisamos da democratização das relações de poder na educação. Compreendemos que a educação é apenas uma das dimensões da sociedade. É óbvio que a democratização das relações de poder precisam se dar na sociedade como um todo, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. A educação é apenas uma dimensão da sociedade, mas, nessa dimensão, tem que ser trabalhada sim a democratização das relações de poder. Isso tem que acontecer sim nas nossas instituições educacionais. Não que a partir daí isso vá se disseminar para a sociedade, mas que seja uma via de mão dupla, que as relações se ampliem na sociedade maior e que venham a emergir das áreas educacionais para a sociedade maior também.

Costumo dizer que só teremos uma educação de qualidade se trabalharmos um tripé, que é a universalização do acesso total e absoluto às informações, porque informação é poder e tem que ser real; o que está existindo na sociedade tem que ser informado. E a escola brasileira, de um modo geral, em qualquer um dos níveis, tem que fazer com que a população que a freqüente exija, cobre, queira e busque o acesso à informação real do que está acontecendo.

Um terceiro aspecto ainda seria a participação naquilo que eu chamo de “feitura” das regras do jogo. Se a participação popular for estimulada em todos os setores – a escola não pode ficar de fora, pois é uma das instituições fundamentais para que se dê essa participação na “feitura” das regras do jogo –, nós estaremos sim trabalhando para que o nosso País realmente tome um rumo em que a sociedade participe de

forma determinada, de forma corajosa, para valer, nas decisões de um modo geral. E isso tem que acontecer na escola também.

Como educadora que sou – estou afastada, obviamente –, ministrei aula em escolas de 1º grau, de 2º grau, em nossa Universidade Federal de Mato Grosso, e tenho muita consciência do papel da educação, que não é tudo, mas é uma dimensão extremamente forte, concreta, séria e profunda para nos ajudar na conquista da transformação de uma sociedade. Não uma sociedade do “sim senhor”, mas uma sociedade para a transformação, onde exista realmente a vontade, a determinação e a consciência da população. E isso pode e deve ser adquirido, em grande parte, por uma escola que faça uma educação de construção do conhecimento e não de sua reprodução. A reprodução do conhecimento, em determinados aspectos, é importante, sim. Mas é muito mais importante a educação para a construção do conhecimento.

Senadora Heloisa Helena, que é professora e preside esta sessão do Senado no Dia do Professor, realmente construir o conhecimento significa que não podemos mais continuar a ensinar que um mais um são dois, mas a favor de quem e contra quem funciona a soma, a subtração, a multiplicação e a divisão. Quando estivermos ensinando as quatro operações, tem que estar muito claro para os nossos alunos como isso funciona na sociedade. Esse é só um exemplo, Sr^a Presidente, mas todos os assuntos podem ser trabalhados. Mencionei logo as quatro operações porque talvez algumas pessoas achem difícil saber como ensinar a favor de quem e contra quem funcionam a subtração, a soma, a divisão e a multiplicação. Isso é simples. Se levarmos essa consciência em todos os aspectos, em todas as disciplinas, em nossas escolas, desde o início da mais tenra idade das nossas crianças, com certeza vamos ter uma sociedade muito diferente, um mundo muito melhor e um Brasil onde todos tenham a sua cidadania construída no dia-a-dia com força e determinação.

Eu disse que iria falar pouco sobre a questão do professor, porque ainda teria que fazer outro discurso. Mas, como se trata de professor, nós que somos educadores não podemos falar pouco, e quero aqui prestar a minha homenagem. O meu pronunciamento seguinte seria sobre a mulher, até porque as mulheres são a grande maioria dos educadores, mas deixarei para fazer o registro outro dia.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Ouço com prazer o seu aparte, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, quero me associar ao pronunciamento que V. Ex^a faz nesta manhã, prestando uma justa homenagem às professoras do Brasil. Eu tenho por hábito, de manhã cedo, assistir à TV Senado enquanto me arrumo. Fico vendo o que acontece aqui e fui brindado por um discurso nostálgico da Senadora Heloísa Helena, falando sobre as professoras de sua época. Aquilo, imediatamente, me transportou para a minha infância e juventude, quando tinha aquela convivência quase maternal com a primeira professora, a professora primária. Nós somos daquela época em que a professora acompanhava o aluno do primeiro ao último ano primário. Nós freqüentávamos aquela escola onde a professora servia para tudo, tinha mil e uma utilidades: aconselhava, castigava. Enfim, era a grande companheira que tínhamos. Lembro-me muito bem que tive em D^a. Maria Dina Soares – que não é mais viva – uma dessas figuras. A Senadora Heloísa Helena lembrou algo que está totalmente fora da época: o castigo como a palmatória. S. Ex^a até justifica que sempre escapou da palmatória por causa de sua saúde precária. Nobre Senadora Heloísa Helena, fui da época da primeira reação concreta contra a palmatória. Eu não peguei a fase da palmatória porque meus avós, que me criaram, escolheram uma professora que não adotava a palmatória. Mas, numa rua bem próxima, a professora Dona Aremita era um terror com a sua palmatória, que tinha um furo no meio. Era uma coisa terrível! Lembrei-me também da figura de alguns padres italianos que foram para Teresina, numa missão jesuítica, e que eram figuras extraordinárias. Os padres Moisés Fumagali, Luciano e Ângelo Imperiali foram pessoas que realmente marcaram a vida da gente, que revolucionaram o ensino em Teresina naquela época. Assim, associo-me à homenagem às duas professoras que estão no plenário e digo que, acima de tudo, ela é justa. Poucos se lembram dos que nos iniciaram na vida, nos prepararam, nos orientaram. Não sei se a Senadora Heloísa Helena é da época do livro **Meu Tesouro**. Tínhamos a figura do livro **Meu Tesouro**, que servia para tudo. Ele passava de irmão para irmão e por aí afora, com aquelas lições de civismo em cada uma das páginas, onde se aprendia o ditado, a cópia e por aí ia. São essas professoras que ajudaram a construir o Brasil e que são homenageadas hoje. Associo-me ao pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Heráclito.

Fui à escola aos doze anos por questão de saúde, pois não tinha condições de sentar e quem não consegue sentar não pode ir aos bancos escolares, pelo menos naquela época não podia.

Já que o Senador Heráclito Fortes tão gentilmente me cedeu a possibilidade da fala hoje e me aparteu, quero homenagear as minhas professoras, desde a primeira, quando eu tinha doze anos, especialmente a Dona Eva, que teve a paciência de me alfabetizar; homenagear, como já disse aqui, todas as professoras e professores do Brasil e também falar da necessidade de se aprofundar, cada vez mais, a organização dos trabalhadores em educação.

Falo, em nome do Sintep – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública, no meu Estado de Mato Grosso –, na necessidade de organização, de mobilização desses trabalhadores. Não haveria necessidade de nada disso, pois todos poderiam estar trabalhando tranqüilamente, mas, infelizmente, ainda precisamos de muita mobilização. E lá no meu Estado isso é imprescindível. O sindicato de lá é bastante organizado, combativo.

Portanto, a nossa homenagem a todos os trabalhadores em educação, em nome do Sintep.

Quero ainda homenagear outra professora, inteligente, lutadora, realmente uma mulher de força, que é a Luizianne, candidata à Prefeitura de Fortaleza. Homenageio, em nome dela, todas as profissionais da área, mulheres de coragem, mulheres de força, mulheres determinadas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora, V. Ex^a me permite outro aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Se for muito rápido, Senador...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Será rapidinho. Quero parabenizá-la pela homenagem que faz à Luizianne. Essa cidadã, que não conheço, mas que foi uma heroína, boicotada pelo Partido de V. Ex^a durante todo o primeiro turno, subestimada, humilhada, conseguiu chegar ao segundo turno. Espero que o mea-culpa caia na cabeça dos que a perseguiram no tempo certo. Eu, se fosse ela, não quereria determinados apoios, porque o que a fez crescer foi exatamente a injustiça que sofreu. Daí porque tenho a certeza de que o candidato do meu Partido será o vitorioso em Fortaleza. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Heráclito Fortes, não vou discutir este assunto porque, infelizmente, meu tempo urge. Mas quero homenagear as professoras das primeiras letras para encerrar minha fala sobre a questão do professor. Saúdo o nosso grande mestre, Senador Cristovam Buarque, que chega neste momento ao plenário. A essa figura ímpar da educação brasileira, minha imensa homenagem.

Eu dizia que prestaria uma homenagem aos profissionais da educação das primeiras letras. E vou

homenagear todos os professores na figura destas quatro pessoas: a Marina, a Maria, o João e o Pedro. São nomes extremamente comuns, pois tantas marias, tantos joões, tantas marinas e tantos pedros há no Brasil. Mas esses quatro são meus netos. Todos já estão na escola, uns bem pequeninos, outros um pouquinho maiores. Então, as minhas congratulações àqueles que ensinam na escola os primeiros momentos para nossas crianças, representadas pelos meus quatro netinhos que têm nomes comuns a tantos brasileiros.

Sr^a Presidente, para encerrar, faço um registro aqui, mudando totalmente de assunto. Conseguimos, felizmente, em Mato Grosso, na nossa BR-163, que acontecesse a licitação do trecho entre Jangada e Posto Gil – o povo de Mato Grosso sabe o que significa aquilo para nós – e também dos trechos entre Posto Gil e Nova Mutum e entre Sinop e Santa Helena. A licitação já ocorreu. Os envelopes já foram abertos, e nós, com certeza, não teremos essa estrada paralisada, pois ela é fundamental para o escoamento da produção mato-grossense.

Acredito que na próxima quarta-feira, possivelmente, já estará definido quem vai começar essas obras, para que tenhamos, em pouco tempo, essa estrada restaurada nesses trechos que estão, em algumas partes, intransponíveis.

Sr^a Presidente, mais uma vez, minha homenagem como professora, como Senadora, como companheira e mulher. Muito obrigada a todos e o meu abraço carinhoso a todo o professorado do nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Quero saudar V. Ex^a, querida companheira Senadora Serys Slhessarenko, que fez uma saudação aos seus netos. Ainda não tenho neto, mas espero ter em breve. Quero aproveitar e saudar também as professoras que ensinaram aos nossos filhos, Senador Hércilio Fortes, pois, enquanto estávamos desbravando caminhos no mundo, existiam professoras que eram fundamentais para os nossos filhos também.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, da mesma forma como vários Senadores e Senadoras já fizeram hoje nesta sessão, eu não poderia deixar de prestar minha homenagem ao professor brasileiro, especialmente àquele professor do Norte, do Nordeste; àquele professor que realmente está lá, como costuma dizer a grande mídia, nos grotões do Brasil ou no Brasil profundo – aliás, expressão que considero altamente depreciativa para aqueles brasileiros que estão lá, garantindo a existência do País, naqueles lugares mais distantes dos grandes brasileiros.

Hoje, eu gostaria de fazer aqui algumas reflexões sobre a questão do professor no Brasil. Primeiramente, todos sabem que o professor é muito mal pago neste País. É uma profissão fundamental, inclusive para ensinar outras profissões. No entanto, o professor é mal pago desde o Ensino Básico até o Ensino Superior. Conheço, por exemplo, casos de juizes, pessoas altamente qualificadas, com mestrado e até com doutorado, que são professores de Direito em universidades federais e que, na verdade, como não podem ter dedicação exclusiva e tempo integral, ministram 20 horas de aula. E, como só podem dar 20 horas de aula semanais, não recebem o suficiente sequer para pagar gasolina, para se deslocar para a universidade ou para comprar algum livro e se atualizar.

Na verdade, o Brasil tem descuidado do professor no que tange ao pagamento, à qualificação do professor, ou seja, tem-se descuidado no sentido de dar possibilidade ao professor para que ele se qualifique melhor. Isso é lamentável sob todos os aspectos porque também no que respeita à educação o Brasil é concentrado no Sul e no Sudeste, e cada vez mais ocorre essa concentração.

Citarei o exemplo das escolas de Medicina. Há um posicionamento de alguns órgãos do setor no sentido de proibir a abertura de novos cursos de Medicina. Mas onde estão os cursos de Medicina? Mais de 80% desses cursos estão no Sul e no Sudeste. O meu Estado, Roraima, o menor Estado da Federação, tem a sorte de ter um curso de Medicina porque brigamos e viemos ao Conselho Nacional de Saúde demonstrar que era um despropósito a ocorrência de praticamente 80%, dos aproximadamente 80 cursos que existiam naquela ocasião, em apenas dois Estados, ao tempo que em toda região Norte havia apenas um curso de Medicina em Belém e outro em Manaus. Ou seja, em nove Estados havia apenas dois cursos de Medicina. Foi criado um curso em Roraima, outro em Belém e, recentemente, outro no Acre.

Cuba revolucionou essa questão ao criar uma escola de Medicina em cada província. No Brasil não há planejamento estratégico para nada, menos ainda para a educação. Por exemplo, um professor universitário ganha o mesmo trabalhando na Universidade Federal do Rio de Janeiro ou na Universidade Federal de Roraima. Pergunto: quem concluirá um doutorado e irá trabalhar, por exemplo, em Roraima, ganhando o mesmo no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Portanto, não há nenhum estímulo para levar o saber para aquelas regiões. Repete-se a velha história de o pobre continuar cada vez mais pobre, e o rico cada vez mais rico. É preciso que, realmente, comecemos a repensar essa realidade na educação.

Ao analisar as estatísticas publicadas recentemente pelo Inep, fiquei realmente muito preocupado. Setenta e um por cento das matrículas no ensino superior são efetuadas nas escolas privadas. Como alguns oradores que me antecederam, não tenho nada contra as instituições privadas. Ao contrário. Essas instituições estão ocupando um espaço que o Estado não ocupa. Parece que o Estado, deliberadamente, vem há algum tempo sucateando nossas universidades públicas municipais, estaduais e federais com o propósito de fazer proliferar os cursos particulares; dessa forma, o Governo não teria que manter o pagamento do professor ou pagar o custeio.

Ocorre uma inversão perversa porque quem está nas universidades particulares são os pobres, os trabalhadores, oriundos de escolas públicas de má qualidade, infelizmente, que não têm condições de fazer um bom curso pré-vestibular. Essas pessoas enfrentam os concorridos concursos vestibulares das universidades públicas com os filhos dos ricos, que estudam nas boas escolas particulares de ensino médio e frequentam bons cursos pré-vestibulares, os quais ocupam a maioria das vagas das universidades públicas. A escola pública deveria estar sendo destinada para quem efetivamente precisa do ensino público; mas está havendo uma inversão: a maioria das pessoas que estudam em escolas particulares trabalham pela manhã e à tarde e estudam à noite pagando a sua mensalidade aos trancos e barrancos.

Esse é realmente um dado lamentável. Tenho me perguntado, durante esses anos de mandato como Senador, além dos oito anos que fiquei como Deputado Federal – já se vão quase 16 anos – e constato que nada de efetivo tem sido feito significativamente para melhorar esse quadro na região Norte e na região Nordeste. Na região Nordeste, talvez nas capitais, exista uma condição porque as primeiras universidades começaram lá. No entanto, as universidades da região Norte são mais recentes.

Recentemente, vimos pela televisão que a Universidade Federal do Rio de Janeiro não tem dinheiro para pagar a conta de luz, os prédios estão aos pedaços. Imaginem as nossas universidades do Norte, que têm agido com coragem. A nossa Universidade Federal de Roraima completou 15 anos de existência e já formou mais de 3 mil alunos, contando com mais outros 4 mil frequentando diversos cursos. No entanto, o número de professores é insignificante para prosseguir com os cursos adequadamente. O MEC sabe disso, mas, quando abre os concursos, privilegia novamente o Sul e o Sudeste, alegando que têm mais alunos. Assim nunca vai mudar! Nunca vai mudar; se não se priorizar quem mais necessita, a realidade vai ser esta:

o Brasil desigual sempre. E desigual na educação é lamentável! Por isso eu fico realmente indignado com esta situação.

Espero que o Governo Lula mude esta realidade. Que o Presidente Lula, que é oriundo da camada social mais pobre, enxergue que é preciso mudar esta realidade para beneficiar efetivamente as pessoas que mais necessitam. Eu tenho convicção de que é pela educação que podemos mudar a realidade deste País. Aliás, o mundo todo está a dar esse exemplo.

Portanto, faço aqui um registro em nome dos professores de Roraima, os professores do ex-Território, principalmente, que vêm sendo injustiçados. Olhe que absurdo aconteceu com esses professores que estão lá há décadas trabalhando. O Território passou a Estado, eles ficaram à disposição do Estado, recebendo o seu salário de professor e mais as gratificações a que tinham direito pelo Fundef, etc. Agora, eles não estão mais recebendo essas gratificações sob a alegação de que como foi feito o concurso para o Estado, eles não são mais professores do Estado, portanto, não recebem essas gratificações. E deixaram de receber outras benfeitorias. Até os aumentos concedidos aos funcionários públicos querem negar aos funcionários dos ex-Territórios, sacrificando uma classe importantíssima como a dos professores. Reafirmo, neste dia, um protesto em relação a isso.

Da mesma maneira, quero parabenizar os professores do Estado, como os que foram anteriormente concursados, e dizer que realmente o Estado precisa muito deles. Nós queremos estar aqui no Senado para defender essa categoria que considero da maior importância.

Obviamente, envolvendo este discurso a respeito dos professores, quero homenagear os professores da Universidade Federal de Roraima, do Centro Federal de Ensino Tecnológico, o Cefet, que foi Escola Técnica e hoje galgou esse patamar de ter cursos superiores; os professores das instituições particulares de ensino do meu Estado. Aliás, Senadora, a maioria são instituições de curso superior. Nos cursos médio e primário, a quantidade de cursos particulares é muito pequena; as públicas no nosso Estado são esmagadora maioria. De qualquer forma, quero indistintamente cumprimentar todos eles e dizer da minha admiração e do meu inconformismo pela forma com vêm sendo tratados há décadas o professor no Brasil. Também não poderia deixar de homenagear aqueles professores do início de minha vida, os do curso primário, o antigo curso primário, depois os do ginásial, lá no meu Colégio Oswaldo Cruz, em seguida do Ginásio Euclides da Cunha; quero homenagear todos os professores daquela época citando apenas três deles: a profes-

sora Cidalina Thomé, a professora Lúcia Menezes e o Padre Zintu, que era um missionário da Consolata, e era um polivalente: dava aulas de Latim, de Português, de Matemática, de Canto Orfeônico, de tudo. Por quê? Justamente pela carência de professores. Ele era um homem realmente muito instruído e fazia esse trabalho de polivalência. Nós dizíamos: qual vai ser a aula agora? Porque ele realmente dava aula de tudo. Eu sempre digo que muito do que ainda hoje eu sei aprendi no ginásio, justamente comandado pelo Padre Zintu, que foi um exemplo de educador. Depois para fazer o curso científico – o atual ensino médio –, tive de sair de Roraima. Estudei em Fortaleza, depois em Manaus, terminei indo para Belém porque queria fazer Medicina e, em Manaus, não havia esse curso. Portanto, concluí meus estudos em Belém.

Foi exatamente por entender tudo isso que o primeiro projeto que apresentei como Deputado federal foi justamente para criar uma universidade federal e uma escola técnica em Roraima. Era um projeto autorizativo, que felizmente, foi acolhido pelo Ministro da Educação na época, Marco Maciel, que sucedeu o Ministro Jorge Bornhausen, e sancionado pelo Presidente Sarney, que sancionou dois projetos de lei autorizativos, os quais ensejaram a criação dessas duas instituições que hoje dão ao Estado uma resposta altamente positiva. Espero que essas instituições mereçam o melhor tratamento do Ministério da Educação.

Quero chamar a atenção para os professores do ex-Território que estão nessa situação – aliás os servidores do ex-Território como um todo, mas, neste dia, ressalto a questão dos professores. Quero também, lógico, mandar aos professores de todo o Brasil o meu abraço, o meu respeito. Sou graduado em Medicina e hoje tenho a felicidade de ser professor concursado da Universidade Federal de Roraima. Na verdade, pulsa mais no meu coração, digamos assim, o amor, a paixão pela educação. Está aqui o ex-Ministro da Educação, mestre, ex-reitor da UnB, Senador Cristovam Buarque, que, com certeza, vai colaborar muito com o trabalho do Senado, objetivando o desenvolvimento da educação no Brasil. Pelo menos tentaremos mudar essa situação. Vamos fazer a nossa parte. Se o Poder Executivo não se sensibilizar e não fizer a parte dele, teremos o consolo de pensar que nossa parte nós fizemos. Lembro aqui aquela fábula do beija-flor, que tentou apagar o incêndio da floresta levando uma gotinha d'água de cada vez. O importante é que façamos a nossa parte, inclusive trazendo ao conhecimento de toda a Nação essa realidade lamentável.

Como homem da Amazônia, reclamo maior atenção para aquela região, pelo menos no que diz respeito à educação.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, saúdo V. Ex^a por seu pronunciamento, antecipando minhas desculpas por não estar presente à sessão de segunda-feira, em que V. Ex^a homenageará o Dia do Médico. Em função de um compromisso assumido, estarei no meu Estado.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que assistem, pelo sistema de comunicação do Senado, a esta sessão do dia 15 de outubro. Quis Deus estivesse presente aqui o Senador Heráclito Fortes, do meu Piauí.

Senadora Heloísa Helena, evidentemente, eleição é uma festa. O povo, que é soberano, é que deveria decidir. Segundo a História, o povo, não mais suportando os longos governos dos reis, foi à rua e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade. Aquele regime era muito bom para quem estava na corte, mas, para o resto, era sofrimento. Abraham Lincoln disse: “Governo do povo, pelo povo e para o povo”. Eu mesmo, quando governei o meu Estado, o Piauí, tinha o seguinte *slogan*: “o povo é o poder” e assim rezava.

Senadora Heloísa Helena, Professor Cristovam Buarque, a minha maior obra foi baseada no ensinamento de que o povo é o poder, ensinando a respeitá-lo, a servi-lo, a amá-lo.

Senadora Heloísa Helena, falando de eleições, foi incrível o que se passou no Estado do Piauí. Por ironia do destino, essa situação foi criada pelo PSDB – dos que estão aí, não mais em memória a Franco Montoro, a quem admiramos como professor de ética.

Professor Cristovam Buarque, a mais feia página de uma eleição, comprometendo a Justiça, ocorreu logo no Piauí, que se iguala à Bahia. Se há um homem que deve ter um busto à altura de Rui Barbosa, esse homem é Evandro Lins e Silva, jornalista e nem um milímetro menor do que Rui. Ele não foi Senador, mas foi Ministro na época da ditadura e se impôs, Senador Heráclito Fortes, como aquele que tinha uma inspiração de Deus, que disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça!” Eu digo isso para acordar os homens que fazem justiça no Piauí.

Vem aí o segundo turno. Eu já perdi e já ganhei eleição. E quero ensinar: não se deve perder a dignidade e a vergonha. Está aí o exemplo de Rui Barbosa. Ele perdeu duas vezes a eleição para Presidente. Ninguém aí sabe o nome de dez presidentes, mas toda criança sabe o nome de Rui Barbosa.

Professor Cristovam Buarque, ainda não chegou a sua vez. Abraham Lincoln pregava caridade para todos,

malícia para nenhum e firmeza no direito. E ninguém foi mais que ele. Imagine, Senador Heráclito, que ele enfrentou uma eleição em período de guerra, na Guerra da Secessão. Ele dizia, Professor Cristovam: “Este país não pode ser metade livre e metade escravo”. Está na Bíblia: a família dividida é facilmente derrubada.

Imagine, Senador Heráclito Fortes, enfrentar uma eleição em guerra. Ele disse aos amigos e à família: “Isso ainda vai passar”. Há os ensinamentos, e ele perdeu a eleição. Isso, ficando apenas no patamar de Rui e de Abraham Lincoln. Mas não é o fato que me preocupa, e sim a justiça.

Vi cassarem um Deputado do Piauí, um médico de uma cidade pequena. Foi dada uma amostra de Viagra.

Aqui, há o bravo Senador João Capiberibe, patrimônio de dignidade.

Senador Cristovam Buarque, o PSDB do meu Estado escreveu a mais vergonhosa página no dia da eleição. O candidato não era eu; era minha esposa, Adalgisa. Não a quero lá na prefeitura. Quero que ela esteja na minha casa, no meu quarto, na minha cama. É isso.

Professora Heloísa Helena, a Polícia Federal pegou 14, homens e mulheres, todos com R\$4 mil, R\$9 mil, R\$14 mil, em cédulas de R\$10 e R\$5, comprando o povo brasileiro por esse regime de salário, de desemprego. O povo é bom e é honrado, precisa às vezes de um real, que dá uns seis pãezinhos. O povo é honesto. Então, paga-se a ele e ele vai lá e cumpre, porque o pobre é honesto, o pobre é honrado, o pobre tem vergonha.

Mas homem-banco, mulher-banco? Nós não conhecíamos o homem-bomba, a mulher-bomba, no Iraque, no Irã, com granadas e bomba e tal? Ali era homem-banco, mulher-banco e carro-banco, ligados por parentesco ao prefeito da capital – cunhado, irmão de cunhado. Um, a esposa do mais votado vereador; outro, um desconhecido que teve uma votação para vereador que dá para eleger um Senador, que é eleição difícil.

Francisco Ramos, setenta e tantos anos, aquele patrimônio da medicina, que por quase 20 anos foi Diretor do HGV e construiu um pronto-socorro no meu governo, teve votação pequena. É interessante e aí está.

Então, esperamos essa justiça. Lembro que vi ser cassado um médico do interior. Vi aqui o Senador João Capiberibe. Mas é o Piauí de Evandro Lins e Silva. Feliz do povo, felizes desses que fazem a justiça e que não precisam buscar exemplos em lugares outros, basta na vida, na luta e na dignidade. Eu diria, como disse Montaigne, que o pão de que mais a humani-

dade precisa é justiça. Privei da intimidade de Evandro Lins e Silva, Senador Heráclito. Ele me dizia que, quando Ministro, tinha uma salinha, uma mesinha, na simplicidade; mas, na sua simplicidade, teve firmeza em fazer justiça.

O dia é maior ainda quando é Dia do Professor, Senadora Heloísa Helena. Deus escreve certo por linhas tortas e quis que V. Ex^a estivesse presidindo esta sessão no dia das professoras e dos professores.

O símbolo maior da nossa educação, Professor Cristovam Buarque e Senador Heráclito Fortes, não é o Presidente da República, não são os Senadores, não são os empresários, os industriais, os fazendeiros, os banqueiros, os gigolôs que desrespeitam Rui. Rui disse que a primazia é o trabalho e o trabalhador, e eles inverteram: a primazia é o dinheiro, é o capital e a riqueza. Rui disse que o trabalho e o trabalhador vieram antes, fizeram a riqueza. Mas não são nem esses banqueiros. Só uma classe, Senadora Heloísa Helena, recebe da humanidade o nome de Mestre, igual a Cristo. A Senadora Heloísa Helena e o Professor Cristovam Buarque representam com grandeza os professores.

Eu faria aqui uma homenagem à educação, Professor Cristovam Buarque. O mundo civilizado, os grandes ensinamentos, o mundo onde queremos viver, começou na Grécia. Sócrates, tido como o mais sábio dos homens e que explicava fenômenos que nem os reis entendiam, deu o grande ensinamento. Morreu dizendo “sei que nada sei”, ele que era tido como culto. A humildade une os homens, o orgulho divide.

Poderiam dizer que o Mão Santa está com uma história antiga. Mas eu diria, Senador Cristovam Buarque: antigo também é o Pai-Nosso e a Ave-Maria, e toda vez que os balbuciamos, transportamo-nos desta terra aos céus.

Peter F. Drucker, o mais moderno dos entendidos em administração, em seu livro **O Líder do Futuro**, Senador Heráclito Fortes, disse que o líder do futuro tem que ser cada vez mais indagador, tal o desconhecimento. E para ser indagador, perguntador, tem que ter humildade. Então, é válido ainda. Sócrates não escreveu nada – Sócrates, como Cristo, não deixou nada escrito –, mas um discípulo seu, Platão, procurou chamar a mocidade que Sócrates tinha educado. Disseram os poderosos que ele pervertia os jovens, mas o saber é sempre assim encarado pelos poderosos. São poucos, Senador Cristovam Buarque e Senadora Heloísa Helena, que defendem. Eu plantei no meu Estado do Piauí – e me orgulho – a semente do saber, que é a semente que acho mais importante. Em lugar algum do mundo cresceu tanto uma universidade como no

nosso governo – do mundo e não do Brasil. O Senador Heráclito Fortes está aqui para concordar.

Platão, então, resolveu chamar a mocidade e ensiná-la na escola que fundou, a Academia. Senadora Heloísa Helena, eram três anos de estudo. No primeiro ano, na sala onde estudavam, estava escrito, para entrar na mente e na consciência dos alunos: “Seja ousado”. Os que chegavam ao segundo ano, Platão esperava noutra sala – o curso de Platão durava três anos, atentai bem –, onde estava escrita outra mensagem que ele queria inculcar: “Seja ousado, cada vez mais.” A Senadora Heloísa Helena freqüentou os bancos de Platão. Os que chegavam ao terceiro ano, Platão os esperava em nova sala, onde estava escrito: “Seja ousado, mas não em demasia.” Platão ensinava que a ousadia deve ser acompanhada da prudência. Daí o livro **A Arte da Prudência**, de Baltazar Gracian, o Monge.

Professor Cristovam Buarque, V. Ex^a é o hoje, é o futuro do Brasil.

Termino com Einstein, para não dizer só. Professor Cristovam Buarque e Professora Heloísa Helena, sei da cultura de V. Ex^{as}, mas gostaria de recomendar um livro, não iria eu dar meus ensinamentos. Acho que ninguém mais do que Albert Einstein para falar de educação. No seu livro **Escritos da Maturidade**, Albert Einstein tem um capítulo sobre educação. Atentai bem, professores: Albert Einstein disse que “educação é aquilo que fica depois de esquecer tudo o que se aprendeu na escola”. O que fica é o pensar, é a disciplina, é saber distinguir o bem do mal, são as virtudes, o aprender a aprender. Estudo é aquilo por que a gente passa. Ele disse que Educação é aquilo que fica depois de esquecer, são as virtudes, a disciplina que as escolas tinham no nosso tempo. As virtudes... O de aprender a estudar, o seguir o bem e o mal.

Professor Cristovam Buarque, V. Ex^a, não vou dizer que foi o melhor, mas está dentre os melhores educadores deste País e dentre os melhores Ministros de Educação, como o anterior, o Dr. Paulo Renato.

Albert Einstein deu um ensinamento que eu fazia no meu Governo. Quer saber se uma escola é boa, Heráclito? E eu fiz, eu visitava as escolas. Senador Heráclito, eles diziam: conversem com as crianças e perguntem; digam às crianças que vão dar brinquedos, bolas e que vão fechar a escola e que haverá mais feriado. Se eles aceitarem é porque essa escola não presta. Na escola boa, a criança quer vê-la funcionar.

Então, essas são nossas palavras. E protesto! Este é um País injusto, indigno. Tratam as professoras mal. E tenho um carinho especial, Senadora Heloísa Helena; fui buscar minha mulher, Adalgisa, na porta de uma Escola Normal, como professora. Como ganham

mal. Não vejo, nas professoras de hoje, o sorriso que via em Adalgisa. Elas estão sem esperança.

Senador Efraim Morais, qualquer sociedade – só não sabe o PT, de pouco estudo e, com certeza, de pouco tempo – em qualquer sociedade séria, qualquer salário do menor para o maior é 10 vezes, 12, 13 ou 14. Nós, vergonhosamente, nos curvamos a uma diferença de salário maior de 18 mil. Para que esse governo tenha vergonha, a professora de menor salário teria que ganhar 10 vezes mais, R\$ 1.800. Se este País não dá essa condição, esta Casa tem que refletir a respeito do que é justiça.

Se formos incapazes de ser justos com as nossas mestras, que se igualam ao Cristo, não haverá justiça neste País, porque está triste, está pior.

Tenho coragem e dignidade, entro nas casas. Heloísa Helena, faço política como está no Livro de Deus. Está lá escrito: procurai e acharás. Eu procuro. Batei e vos será aberto; pedi e dar-se-vos-á, mas, Professor Cristovam, há este Governo da televisão, da mídia, do Duda “Goebbels” Mendonça, da mentira, e há o Brasil da realidade, da fome, do desespero e da desesperança.

Oh, Cristo, Deus e Divino Espírito Santo, abençoai os professores e professoras do meu Piauí e do Brasil!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL.) – Senador Mão Santa, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a, com a devida ressalva sobre o papel de Adalgisa, até porque, se for vontade do povo de Teresina, ela estará na Prefeitura e não necessariamente em casa. Ainda bem que a mulher é gigante: agüenta os maridos, acalenta os filhos, cuida da casa e desbrava caminhos no mundo.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento, saúdo a professora, a mulher brasileira, hoje representada pela Presidente da sessão, Senadora Heloísa Helena.

Quero dizer, antes de entrar no tema que me traz a esta tribuna, que a sexta-feira para nós está se transformando na sexta-feira da reflexão. O plenário, não tão cheio como gostaríamos, dá oportunidade de cada um desenvolver o seu pensamento mais solto, mais livre, e temos tido, às sextas-feiras, discursos que são verdadeiros depoimentos sobre assuntos interessantes do Brasil.

Dizia antes que ouvia da minha casa o pronunciamento que V. Ex^a fazia, homenageando as professoras do Brasil. Chamou-me muito a atenção e já falei sobre esse assunto no aparte que fiz anteriormente.

Creio que esta homenagem não ficaria completa, Senadora Heloísa Helena, se não registrássemos na ata desta sessão o nome de Paulo Freire. Creio que merece, por todos os títulos, a nossa homenagem e tenho certeza de que o Senador Cristovam Buarque, que é mestre da área e conterrâneo de Paulo Freire, irá falar melhor do que eu, com mais propriedade sobre o assunto.

Temos pelo Brasil afora pessoas que contribuíram muito para a educação. No meu Estado, o Estado do Piauí, há verdadeiros sacerdotes. Não falarei dos que fizeram no passado. Há um professor em Teresina, de nome Marcílio, que dirige uma instituição chamada Patronato D. Barreto, embora a referida instituição não seja mais patronato, denominação que recebia quando as freiras ainda o administravam. O colégio D. Barreto é um verdadeiro exemplo. Os alunos que lá estudam passam em vestibular sem curso preparatório e, acima de tudo, têm a estima da escola que freqüentam.

Quando passei – com a devida permissão do Senador Cristovam Buarque – pelas terras pernambucanas, deparei-me com o exemplo fantástico de um cidadão com quem depois trabalhei como auxiliar de gabinete, quando ele era Vice-Governador. Falo do Professor Barreto Guimarães, que implantou o ensino primário debaixo dos coqueiros de Olinda, em palhoças, às vezes, formando roda. Mesmo sem ser professor, ficou conhecido por todos como Professor Barreto Guimarães. Ele não tinha curso superior, mas foi Secretário de Educação do Estado de Pernambuco. Uma figura de grande valor.

Senadora Heloísa Helena, quero homenagear também aquelas que não são professoras, mas que, como mães, exercem esse papel. Aproveito a presença do Deputado Temístocles Sampaio, que preside o PMDB de Teresina, para homenagear uma figura fantástica. Falo da dona Clotilde, mãe do Deputado Marcelo Castro. Ela dedicou-se à educação dos filhos e transformou-se em uma grande professora, formando todos os filhos os quais foram bem sucedidos na vida. Para mim, ela é um grande exemplo. Sempre a chamo de madrinha e tenho uma grande amizade de longos anos com ela e com a sua família. Considero o seu exemplo marcante porque saiu do sertão do Piauí, de São Raimundo Nonato, para Teresina, já que o marido foi eleito Deputado Estadual. Ela educou todos os filhos, sendo um Deputado Federal e os demais atuantes com sucesso em várias atividades empresariais no Estado.

Portanto, presto simbolicamente essa homenagem, esperando que todos aqueles que, por omissão, não foram citados se sintam também homenageados.

Acredito mesmo que a melhor homenagem que se poderia prestar é V. Ex^a estar presidindo esta sessão.

Passo agora ao assunto que me traz à tribuna.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ao buscar em meus guardados informações e documentos que pudessem subsidiar a homenagem que pretendo fazer hoje aos 50 anos do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, deparei com um parágrafo lapidar da lavra do saudoso Deputado Ulysses Guimarães, ex-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Disse ele: “A política é, por excelência, uma vocação planetária, (...) comum à raça dos homens em todos os quadrantes do planeta. Por isso, como entendia Max Scheler, toda política é ecumênica”.

A força e a beleza dessa mensagem são imensuráveis. E são imensuráveis precisamente porque Ulysses Guimarães conseguiu captar, em um esforço de síntese extremamente bem-sucedido, a essência da política, que é a arte de bem governar os povos, aspiração comum a todas as nações, independentemente de quaisquer condicionantes.

E é precisamente nesse contexto ecumênico das aspirações universais que busco ressaltar a importância da União Interparlamentar e, no seio dela, render minhas homenagens ao Grupo Brasileiro, que no próximo dia 25 de outubro completará 50 anos de sua criação.

Os povos podem divergir de idéias, ter gostos e culturas diferentes, mas um propósito na vida de todos deve identificá-los e unificá-los: a busca do progresso da humanidade, a busca da paz e do desenvolvimento econômico e social pleno. Afinal, por mais diferentes que sejam as línguas, os costumes e a religiosidade de cada povo e de cada nação, é inevitável identificarmos um substrato comum, uma essência que une e irmana a toda a humanidade.

Foi justamente com o objetivo de unir os povos, de enfatizar as inúmeras semelhanças que há entre as culturas, as mais díspares, que um Deputado inglês, *Sir William Randal Cremer* e um Deputado francês, *Monsieur Frédéric Passy* decidiram organizar a primeira Conferência Interparlamentar, promovida nos idos de 1889.

A experiência foi tão bem-sucedida que, em 1894, decidiu-se constituir uma organização permanente, com estrutura própria, que se dedicasse a reunir, em períodos regulares, representantes de Parlamentos nacionais para trocar experiências sobre assuntos que envolvessem a paz, a estabilidade das instituições e a defesa das nações contra toda forma de arbítrio. Estava criada, portanto, a União Interparlamentar.

O interessante é que os mentores da ambiciosa instituição decidiram dar voz e ampliar os contatos

justamente entre os membros do Poder Legislativo nacional de cada um dos países-membros da União Interparlamentar.

Tal decisão, destinada a incrementar o diálogo entre Parlamentares, traz consigo uma mensagem subjacente inequívoca: fortalecer e desenvolver os ideais democráticos pelo mundo e no interior de cada país-membro da União Interparlamentar.

Qual seria a importância de tal mensagem? Ora, Sr. Presidente, a convicção de que a democracia e os ideais democráticos estão vinculados inexoravelmente à busca da paz e do desenvolvimento econômico e social pleno.

Na Ciência Política, é famoso o dito que afirma que as democracias não guerreiam entre si. Isso porque o dever de prestação de contas, a distribuição equitativa de poder e a prática institucionalizada do diálogo e do entendimento político como únicas formas legítimas de composição política, fazem da democracia um regime naturalmente infenso ao arbítrio e à violência.

O ideal humanista que fundou a União Interparlamentar sobreviveu às duas guerras mundiais e frutificou inúmeras iniciativas que buscam o diálogo e o entendimento permanente entre os povos, tanto em nível universal – a Organização das Nações Unidas – quanto na esfera regional – a criação da Comunidade Européia e da Organização dos Estados Americanos.

Instalado no âmbito da União Interparlamentar, o Grupo Brasileiro foi fundado em 25 de outubro de 1954 e reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar pelo Senado Federal, em 6 de junho de 1955 (por meio da Resolução nº 9), e pela Câmara dos Deputados, em 22 de junho de 1955 (pela Resolução nº 28). No mesmo dia, foram indicados o Presidente e o Vice-Presidente do Grupo, Deputados Domingos Velasco e Castilho Cabral, respectivamente.

Em 18 de maio de 1955, a sessão plenária aprovou o primeiro Regimento Interno e elegeu os titulares dos novos cargos, completando, assim, a composição da Comissão Diretora.

Em 1958, quando a Conferência Interparlamentar se realizou no Rio de Janeiro, o Grupo Brasileiro propôs a criação do Grupo Regional Americano da União Interparlamentar, integrado por Brasil, Chile, Argentina, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Essa iniciativa originou, posteriormente, o atual Parlamento Latino-Americano, que passou a englobar os outros países de nosso continente. Vale ressaltar que, atualmente, esse Parlatino é brilhantemente presidido pelo Deputado brasileiro Ney Lopes, do Rio Grande do Norte.

Esse breve histórico dos primórdios do Grupo Brasileiro serve para demonstrar que os Parlamentares

brasileiros têm desempenhado destacado papel tanto no âmbito mundial quanto no regional e nacional.

Exemplo de notável engajamento brasileiro sob os auspícios da União Interparlamentar foi a Conferência Interparlamentar sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida aqui em Brasília entre os dias 23 e 27 de novembro de 1992, sob a coordenação do então Senador Mauro Benevides, naquela ocasião Presidente do Congresso Nacional.

Na esfera regional, devo citar o caráter paradigmático da Conferência Interparlamentar de 1958, já mencionada, que não só originou o atual Parlamento Latino-Americano (Parlatino), mas também influenciou, em certa medida, o desejo de instituímos um Poder Legislativo também no âmbito do Mercosul, idéia presente já no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento celebrado em 1988 entre Brasil e Argentina.

No que diz respeito à importância do Grupo Brasileiro na política interna, não posso deixar de registrar o período que compreende os 20 anos de regime militar em nosso País. Durante essa época, o Grupo Brasileiro da União Interparlamentar foi, nos dizeres do ilustre ex-Deputado Paes de Andrade, o pulmão por meio do qual podiam respirar as vítimas do desrespeito aos direitos humanos.

Inúmeros foram os pronunciamentos feitos nas conferências da União Interparlamentar que repercutiram fortemente nos rumos da política não apenas brasileira, mas também no seio de vários países sul-americanos, em um período em que os regimes militares infestavam nosso subcontinente.

Pelo Grupo Brasileiro passaram políticos da envergadura de Ranieri Mazzilli – que chegou a presidi-lo –, de Saturnino Braga – pai do atual Senador Saturnino Braga, considerado como o maior articulador desse Grupo, o homem com maior destaque nas articulações internacionais –, de Célio Borja e do grande mineiro Tancredo Neves. O atual Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e seu conterrâneo Edison Lobão, ambos com passagem destacada no Grupo Brasileiro, são testemunhas da qualidade da contribuição brasileira nos debates da União Interparlamentar.

Quero salientar que, recentemente, passaram pela Presidência desse Grupo, o ex-Senador e hoje Ministro do Tribunal de Contas, Guilherme Palmeira, Leur Lomanto, nosso caro companheiro José Jorge e que, atualmente, essa instituição é presidida pelo Deputado Henrique Eduardo Alves.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a traz a esta Casa um assunto da

maior importância. É necessário que o País tenha conhecimento da relevância do Grupo Interparlamentar, que tem desenvolvido um trabalho em nível mundial, debatendo os problemas nacionais e internacionais e, acima de tudo, trocando experiências entre os Parla-mentos. Temas como violência, meio ambiente, desempre-go, fome, educação são tratados nesses encontros que acontecem pelo mundo afora. O Brasil tem estado presente nessas reuniões, abordando não só questões nacionais, mas também sul-americanas. Parabênizo V. Ex^a, porque sei de sua participação. Tenho também participado dessas reuniões, em que tanto senadores quanto deputados federais se fazem presentes, dis-cutem o Brasil, trocam experiências e, acima de tudo, fortalecem a democracia no mundo. Isso é fundamen-tal, da maior importância, e grandes resultados têm acontecido em razão dessas reuniões da Interparla-mentar. Parabéns a V. Ex^a por trazer o assunto a esta Casa, para que o povo brasileiro tenha conhecimento da importância da participação desse grupo. Aliás, na próxima semana, parlamentares brasileiros estarão em Nova Iorque, na ONU, representando a Interparlamen-tar. V. Ex^a demonstra coragem ao trazer esse assunto a esta Casa para mostrar a transparência desse grupo, citando pessoas como Ulysses Guimarães e outros tantos. Parabéns por este registro e pelo aniversário do Grupo Parlamentar Brasileiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Evi-dentemente, Senador Efraim, o perigo da citação é a omissão. O Senador Franco Montoro, por exemplo, foi outro parlamentar que se destacou muito, inclusive presidindo também o Parlatino. E são vários os Parla-mentares, como Nelson Carneiro.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Paes de An-drade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já foi citado o Deputado Paes de Andrade, que teve atuação destacada, e vários outros parlamentares.

Mas V. Ex^a lembra um fato importante da atuação desse grupo em questões internacionais. A própria so-lução do problema do Timor Leste teve exatamente no Parlatino a sua grande trincheira.

Vale também ressaltar, Senador Cristovam Bu-arque, a filosofia do Grupo Interparlamentar de não aceitar vetos. Recentemente, houve a necessidade de se trocar um encontro que haveria num importante país da Europa pelo simples fato de que, por questões internas, o país vetava o acesso a um congresso que ali seria realizado de um país africano com o qual não mantinha relações. Portanto, numa decisão inédita, em cima da hora, a União Parlamentar achou por bem transferir a sede da conferência para não se submeter a veto de nenhuma espécie.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos em uma época em que a diplomacia parlamentar é mais importante do que nunca. A força que a legitimidade da representação popular traz consigo aumenta nossa responsabilidade no sentido de escutar e, ao mesmo tempo, sensibilizar a opinião pública e os diversos se-tores da sociedade.

Em um tempo de inomináveis atrocidades terro-ristas, em uma época em que o unilateralismo ameaça o diálogo e a paz mundial, instituições como a União Interparlamentar desempenham papel importantíssimo na cena internacional.

Por isso, são mais que merecidas as homenagens que hoje fazemos aos 50 anos de criação do Grupo Brasileiro na União Interparlamentar, a acontecer no próximo dia 25.

Assim como os demais membros do Grupo Bra-sileiro, tenho a consciência do meu dever de lutar com todas as forças contra a exclusão e as desigualdades sociais que impedem o exercício das liberdades indi-viduais, fenômeno que, em última análise, fomenta a intolerância, o fanatismo e a guerra.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, era esse o re-gistro que gostaria de fazer nesta tarde, homenage-ando não só o Grupo Interparlamentar, mas tantos parlamentares brasileiros que, ao longo do tempo, prestaram sua colaboração a essa entidade respeita-da mundialmente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Desejo saudar o Senador Heráclito, que faz uma justa homenagem, e passar a palavra ao Profes-sor Cristovam Buarque, Senador por Brasília.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-dor.) – Sr^a Presidente, gostaria de começar minha fala dizendo da felicidade, da honra e do prazer que sinto em tê-la como Presidente desta sessão. Apesar de quaisquer discordâncias que tivemos no Partido dos Trabalhadores, não posso negar que a sua posição nessa cadeira demonstra uma mudança no Brasil do ponto de vista democrático, por tudo que V. Ex^a sim-boliza e que todos no Brasil reconhecem.

Aproveito isso como gancho para dizer que se sua presença aí já é bastante para dizermos que o Brasil avançou democraticamente, do ponto de vista da sociedade, falta muito ainda para caminharmos. Este dia de hoje tem tudo a ver com isso.

Não faz muito, um jovem pré-adolescente pergun-tou-me como eu definiria o Brasil que desejo para o futuro. Eu lhe disse que, para mim, o Brasil vai ser um grande país no dia em que, ao nascer uma criança, o pai ou a mãe colocá-la no colo e disser: quando cres-

cer, esse aqui vai ser professor, seja do Ensino Fundamental, do Ensino Médio ou do Ensino Básico. Mas estamos muito, muito longe de que isso aconteça.

Hoje, o Dia do Professor deve ser um momento de refletirmos que, enquanto isso não acontecer, enquanto o professor não for a figura heróica, privilegiada, respeitada, não vamos ter o Brasil que desejamos, por uma razão muito simples: são os professores os construtores do futuro de um país, e usam essa matéria-prima fundamental do futuro, que é a criança.

Por que estamos tão atrasados? Em primeiro lugar, porque, culturalmente, por diversas razões, não somos um povo que ponha a educação à frente de outros objetivos. Ainda somos um povo que prefere o consumo material ao enriquecimento cultural e educacional. Segundo, porque a nossa elite, os dirigentes brasileiros, ao longo de toda a nossa História, desprezam tudo aquilo que é dirigido ao povo. Quando a escola pública era para poucos, beneficiava apenas uma pequena minoria, era boa. Quando a escola pública foi beneficiar todos os brasileiros, ou quase todos, foi abandonada. A terceira razão é que, depois de gastarmos tanto dinheiro para desenvolver a nossa infra-estrutura econômica, fazendo portos, estradas, hidrelétricas, agora, na hora de fazermos escolas e pagarmos bem aos professores, não temos recursos suficientes.

Precisamos mudar tudo isso. E só há uma maneira de mudar essa situação da escola pública básica brasileira: federalizar o Ensino Básico. Não é possível deixarmos as crianças brasileiras como um fato do cuidado municipal, enquanto a universidade é federal, a aposentadoria é federal, o Exército é federal, o Banco Central é federal. Existe uma carreira da Receita Federal, existe uma carreira de diversos setores federais, mas não temos uma carreira do professor do ensino básico. O ensino básico foi jogado para os municípios administrarem, como se criança fosse antes da cidade e depois do País. A criança, não importa a cidade onde nascer, ela é, primeiro, brasileira, e como tal tem direitos. E o País precisa que a escola seja igual, não importa a cidade onde essa criança nasceu e estuda.

Para que escola seja igual nesse processo de federalizar a preocupação com a educação básica, temos que definir, obviamente, o mínimo nas instalações e nos equipamentos da escola, o mínimo no conteúdo a ser dado no ensino, mas, sobretudo, o mínimo no atendimento das necessidades do nosso professor, porque a escola carece, na modernidade, de muitos apoios, mas ela é e continuará sendo sempre baseada no professor.

Comemoramos hoje o Dia do Professor, que é uma espécie de santíssima trindade da educação: cabeça, coração e bolso. Ele é remuneração, é formação

e é dedicação. Três coisas que ou vêm juntas ou não vão existir, porque não haverá um professor bem dedicado e formado sem uma boa remuneração, e não se justifica darmos uma boa remuneração a um professor que não se dedica e que não tem boa formação.

Hoje, Dia do Professor, é dia de relembrarmos, sim, os professores que tivemos cada um de nós, até porque cada um dos 81 Senadores aqui chegou pelo voto, mas, antes do voto, chegou por alguns professores que lá atrás lhe deu a formação necessária para depois ganhar os votos.

É hora de lembrar e de agradecer a cada um desses professores e professoras, mas é, sobretudo, hora de olhar para frente, pensando em como construir um Brasil diferente pelo cuidado hoje com os nossos professores.

Está nas mãos do Governo brasileiro, mas está também nas mãos desta Casa tomar as decisões necessárias para que um processo de federalização, de cuidado com as crianças e com a educação por todo o Brasil, e não por cada Município, possa fazer com que paremos aquilo que é um dos absurdos brasileiros: um país onde a escola, no lugar de ajudar a construir uma Nação identificada e unificada, rompe a unidade e desidentifica a Nação. Enquanto nos outros países a escola é um instrumento de ensinar a falar um idioma – em países que têm diversos idiomas é na escola que adquirem um idioma único –, no Brasil a escola quebra a unidade lingüística, porque a criança que estuda em uma escola sem qualidade adquire um português diferente daquela que estuda em uma escola de qualidade. O vocabulário é diferente, a gramática é diferente, a sintaxe é diferente. Estamos usando a escola para quebrar a unidade brasileira, ao invés de fazermos da escola um instrumento de unidade e da construção do país do futuro. Isso não será feito enquanto não entendermos que o construtor do Brasil e do futuro é o professor. Os engenheiros e os operários fazem suas casas, seus prédios, suas estradas, suas pontes, mas quem fez os engenheiros e os operários foi o professor.

Não é só isso. Um país não é feito apenas de pontes e estradas, mas também da cidadania e da consciência e do imaginário coletivo. E aí está outra vez o produto do professor.

Hoje, Dia do Professor, gostaria de poder dizer aqui que estamos dando a contribuição para fazermos com que esta profissão seja, sim, aquela que simboliza o futuro do Brasil. Falta muito. De vez em quando, alguns de nós perde a esperança, mas ela será mantida enquanto tivermos dois milhões e meio de professores e professoras que, com obstinação, não deixarão parar a construção do futuro do Brasil, não reduzirão a

sua atividade, apesar de todo o desencanto que têm o direito de ter.

Professores, neste dia, quero que saibam que há pessoas, nesta Casa e em outros locais de desenvolvimento e de construção da política brasileira, que ainda acreditam que o futuro do Brasil está na educação das nossas crianças e que vêem em vocês os operários e os construtores desse futuro.

Por isso digo que hoje, em vez de ser apenas o Dia do Professor, deveria ser o dia da construção do futuro do Brasil, por intermédio dos nossos professores, os artesãos que trabalham com essa “matéria-prima” fenomenal que são as nossas crianças.

Vamos começar um trabalho pela federalização da educação no Brasil. Não é possível que uma criança que nasce numa cidade do interior do seu e do meu Nordeste tenha uma escola de pior qualidade do que a que nasce numa cidade rica de outras regiões do País. E não porque o prefeito não dê importância à educação, mas porque não tem os recursos necessários.

O Brasil já federalizou o que interessa à elite, como a própria universidade. Está na hora de federalizar a educação básica. Isso não quer dizer que as escolas serão administradas desde Brasília e nem que os 2,5 milhões de professores serão funcionários públicos federais, mas que cada escola terá o mínimo no conteúdo, terá o mínimo nos equipamentos e que cada professor – não importa de onde ele seja funcionário, do Estado ou do Município – terá um piso salarial garantido pela União, porque criança tem que ser uma preocupação federal.

Alguns dizem que isso não é possível porque esta é uma República federativa. O problema é que, enquanto ficarmos presos a essa idéia de que federação significa que os pobres Estados e Municípios têm que pagar por sua educação, a República não será construída.

A República que será comemorada daqui há exatamente um mês foi proclamada por um marechal, mas só será construída por um exército de professores. Enquanto não entendermos que a escola é a construtora da República, teremos um regime republicano, mas não um país republicano.

Como pode um país republicano ter os 20% mais ricos da população gastando R\$250 mil, cada um, na educação, ao longo de 20 anos, e os 50% mais pobres gastando R\$3,2 mil – 80 vezes menos –, porque estudam apenas durante 4 anos? É preciso fazer com que essa diferença praticamente desapareça, para podermos dizer que este País, de fato, é uma República.

Hoje, 15 de outubro, deveria ser o dia da comemoração da Proclamação da República. Nem deveríamos lembrar que entre o Dia do Professor e o da Proclama-

ção da República está o Dia de Finados, talvez porque, sem um professor bem remunerado e sem uma escola preparada, a República nem chegaria a nascer.

Vamos pensar hoje como o dia da construção do futuro do Brasil, na esperança de que isso é possível. A hora é esta e podemos fazer.

Parabéns aos professores, pela sua dedicação, pelo que fizeram, senão nada disso existiria e nenhum de nós, Senadores, estaria aqui. No entanto, não fiquem satisfeitos com a atual situação. Lutem! Briguem! Exijam! Cobrem, para que possamos construir o País que o Brasil merece.

A Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, meu querido professor Cristovam Buarque, já tive oportunidade de homenagear os professores do Brasil e também V. Ex^a. Certamente, o maior professor que tive nesta Casa foi o professor Senador Lauro Campos.

Tive que voltar à tribuna por causa de alguns comentários deploráveis que estão hoje nos jornais da minha querida Maceió, em função do verdadeiro fuzuê que é a disputa por sua prefeitura.

Sou apaixonada por essa cidade, capital do meu Estado. Uma das maiores tristezas que tive foi justamente não ter tido a oportunidade de disputar a prefeitura de Maceió, pelo fato de ter sido expulsa do PT, num requinte de crueldade, após o prazo estabelecido pela legislação eleitoral. Por essa razão, mesmo estando em primeiro lugar nas intenções de voto, não pude ser candidata a prefeita da cidade que amo tanto, que me acolheu politicamente.

Maceió acolheu-me menina, vinda do sertão das Alagoas. Foi lá que fui mãe, trabalhadora, professora. Exerci meu primeiro mandato, pela generosidade do povo da minha querida Maceió.

E como lá vamos ter segundo turno, e compreendo a decisão da grande maioria do meu povo querido e generoso de Maceió, mais de 70% dos eleitores de Maceió disseram não à irresponsabilidade, à inconseqüência, à preguiça que assola a Prefeitura de Maceió. Basta andar na cidade, pela periferia, para ver o abandono em que se encontra Maceió, especialmente as pessoas mais humildes. Não é à toa que, desde o primeiro turno, 70% do povo de Maceió disse não à Administração: ou votando no meu candidato, Régis

Cavalcante, ou no Vanderlei Siraque ou no candidato Cícero Almeida. O meu candidato tomou uma decisão para o segundo turno, em função da atitude do seu partido de nacionalmente apoiar a candidatura do PDT, que não vou defender porque evidentemente não votarei em nenhum dos dois candidatos agora no segundo turno.

Sr. Presidente, os oportunistas da campanha do Sr. Sexta Feira estão usando as minhas declarações como se assim eu estivesse a caracterizar como inconseqüente a postura do ex-Deputado Federal Régis Cavalcante. O ex-Deputado Federal Régis Cavalcante é um homem de bem, é um homem honesto, sinto-me feliz de ter podido votar nele no primeiro turno. Tenho obrigação de respeitar a decisão do PPS e a decisão dele de apoiar um candidato, que não é o meu candidato.

A disputa pela Prefeitura de Maceió está tomada pelo moralismo farisaico, pelo falso moralismo, porque o pior da elite política e econômica apóia as duas candidaturas. Os parasitas usineiros apóiam as duas candidaturas. Como um dos candidatos representa mais a periferia, é evidente que existe muito nariz elitista, preconceituoso, apontando apenas o candidato Cícero Almeida, como representante da elite econômica; mas os dois candidatos representam a elite política e econômica do nosso Estado.

Como vou votar em branco, tenho a obrigação de respeitar a decisão do ex-Deputado Régis, que é um homem de bem, é um homem honesto. Portanto, faço um apelo aos oportunistas da campanha do Sr. Sexta Feira, para que não usem a minha declaração e o meu voto pessoal para viabilizar os seus medíocres interesses eleitoreiros. Não tenho dúvida de que, se mais de 70% da população de Maceió acabou votando no Régis, que era o meu candidato, no Vanderlei e no candidato Cícero Almeida, infelizmente é porque demonstram que a preguiça, a irresponsabilidade, a inconseqüência política, tomou conta da administração da Prefeitura de Maceió.

Apenas para fazer a ressalva necessária: o Régis é um homem de bem, é um homem honesto, um homem de paz e tem o direito de tomar uma decisão política que, se não é a minha, se é a do Partido dele, ele tem todo o direito de fazer. Agora, por favor, não usem as minhas declarações, senhores oportunistas da campanha do Sexta Feira, para dizer que estou desqualificando o Deputado Régis, que, volto a dizer, é um homem de bem, é um homem honesto e tem uma decisão partidária a cumprir. Não é a minha; não é a da minha concordância, mas eu tenho a obrigação de respeitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF.) – A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão da próxima segunda-feira, dia 18, será dedicada a homenagear a Medicina brasileira, pela passagem do Dia do Médico, de acordo com o Requerimento nº 883, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

Esclarece ainda que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF.) – Os Srs. Senadores Paulo Paim, Romero Jucá e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que saúdo a iniciativa da Universidade de Brasília – UnB, pelo início do primeiro curso de pós-graduação lato sensu Culturas Negras no Atlântico.

O curso é uma tentativa de mudar a deficiência curricular, pois o conhecimento sobre o continente africano nas escolas brasileiras se limita ao tráfico de escravos durante o período colonial.

Essa especialização prepara professores e acadêmicos para a atuação em pesquisa, na formação de educadores e no ensino da história da África e dos afro-descendentes nas escolas de nível fundamental e médio.

A proposta do curso é explorar a relação Brasil–África, mostrar que a realidade do Brasil e aquele continente africano vai bem além do que é ensinado nas escolas.

“As pessoas precisam tomar conhecimento de que os povos que formaram esta terra tinham história antes de existir a nação brasileira”, sentenciou o Prof. Antonio Carlos dos Santos, um dos matriculados nessa pós-graduação.

Essa iniciativa da UnB vem ao encontro de uma lei distrital que introduz o estudo da raça negra como conteúdo programático dos currículos do sistema de ensino do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o estudo da história da África no ensino fundamental e médio é uma forma de resgatar o conhecimento esquecido.

Em 2003, a aprovação da Lei nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do tema: História e Cultura Afro-brasileira.

Essa lei contou com a participação da ex-deputada federal Esther Gross. Projeto de minha autoria

no mesmo sentido já tramitava na Casa antes mesmo dessa lei ser aprovada.

O Estatuto da Igualdade Racial de nossa autoria, que está pronto para ser votado, aprimora a lei existente. Por tudo isso, esperamos que essa iniciativa da UnB também contribua para a aprovação do Estatuto.

Como já disse um historiador: “Só se conhece a civilização egípcia. E muita gente não sabe que o Egito é um país africano”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento em que a economia brasileira começa a dar ligeiros mas persistentes sinais de reaquecimento, a Confederação Nacional das Indústrias – CNI, vem mais uma vez propor a urgente e indispensável realização de investimentos em todos os setores de infra-estrutura. Na condição de órgão representativo da indústria brasileira, a entidade publicou e está distribuindo um livreto intitulado **A Visão da CNI sobre o Estado da Infra-Estrutura Nacional**, como forma de advertir e sensibilizar as autoridades para a importância de se recuperar, ampliar e modernizar os setores de transportes, saneamento e energia, entre outros tão indispensáveis ao crescimento econômico.

Não se trata, Sr. Presidente, de alguma proposta ousada ou inovadora, mas nem por isso a iniciativa da CNI deixa de ser importante. Aliás, a entidade deixa bastante claro, no documento, que sua intenção é, unicamente, a de alertar os formuladores de nossa política econômica para a urgência dos investimentos, especialmente agora, quando o setor produtivo e, mais ainda, o segmento exportador dão mostras de pujança e de vitalidade. Amargando ainda um período de grandes dificuldades, com escassez de dinheiro, arrocho salarial e desemprego, o Brasil todo torce para que essa recuperação econômica se mantenha e, se possível, se acelere. Para isso, entretanto, o setor produtivo precisa dispor de boas condições de infra-estrutura, de forma a garantir a confiança dos investidores, a melhorar seus níveis de produtividade e a tornar-se competitivo.

Ao propiciar condições satisfatórias para a produção, os investimentos na infra-estrutura exercem paralelamente um papel social da maior importância, ao promoverem condições de bem-estar, de segurança e de conforto para os cidadãos brasileiros. É o que ocorre, por exemplo, na melhoria do sistema viário: de um lado, esses investimentos permitem economia nos custos do frete, cumprimento dos prazos de entrega e melhor conservação dos veículos; de outro, encurtam os prazos de viagem para milhões de brasileiros que

se deslocam por ônibus ou automóveis particulares de um ponto a outro do território nacional, além de tornar essas viagens mais confortáveis e seguras.

“A CNI – ressalta a publicação – vem procurando alertar o Governo e a sociedade brasileira sobre o estado crítico de envelhecimento e obsolescência de grande parte dessa infra-estrutura e a necessidade de atendimento às novas demandas, geradas sobretudo pelo crescimento das exportações, atividade fundamental para o equilíbrio macroeconômico do País”. O documento enfatiza, a seguir, que a superação dessas condições “requer a consolidação de um marco institucional favorável à recuperação do investimento em infra-estrutura, notadamente pelo setor privado”.

A CNI lembra que o Estado brasileiro perdeu a condição de financiar o desenvolvimento, em função do seu crescente endividamento e da destinação dos recursos orçamentários para cobertura de despesas financeiras e de custeio compulsórias. O capital físico acumulado, ao longo dos anos, foi se depreciando até chegar ao estágio crítico em que se encontra hoje. A deterioração da infra-estrutura atingiu diretamente as empresas, elevando os custos de produção e comprometendo os prazos de entrega.

“No caso da limitação da oferta de energia, como ocorreu em 2001, os efeitos são mais facilmente percebidos pela população, com perdas diretas na produção e conseqüências na renda, no emprego e no crescimento. Em outras áreas – assinala o documento –, os efeitos não são percebidos tão claramente, ainda que igualmente perversos e com conseqüências diretas na competitividade das empresas, decorrentes dos custos crescentes”.

Após lembrar que a deterioração da infra-estrutura prejudica duramente a vida da população, como ocorre com a falta de saneamento, a entidade lembra também que os custos crescentes acabam por impossibilitar o aumento da arrecadação e, conseqüentemente, a capacidade de investimento, criando, assim, um círculo vicioso.

Os setores que necessitam urgentemente de obras e serviços, de acordo com levantamento da CNI, são o de energia, que requer recursos de R\$20 bilhões; o de saneamento, para o qual deveriam ser destinados R\$9 bilhões; e de transportes, com destaque para as malhas rodoviária e ferroviária, que precisam, respectivamente, de R\$4,5 bilhões e R\$3 bilhões. O documento cita, ainda, a necessidade de reaparelhar os portos e melhorar as condições de navegabilidade das hidrovias.

De qualquer forma, a CNI entende que a solução não esbarra na escassez de recursos, já que diversas instituições têm anunciado a disposição de financiar

obras de infra-estrutura no Brasil: o Banco Mundial, com oferta de US\$4 bilhões; o Governo da China, com uma disponibilidade de US\$3 bilhões; e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com US\$1 bilhão, entre outras.

“Dentro do País, o BNDES e a CEF têm se referido à reserva de montantes apreciáveis dos seus orçamentos para serem aplicados na infra-estrutura”, acentua a publicação, acrescentando: “Recursos que foram criados e planejados para uso na infra-estrutura não têm tido plenamente este uso, como é o caso da Cide, capaz de gerar R\$10 bilhões por ano”.

Como solução para a imediata melhoria e ampliação das obras de infra-estrutura, a CNI aponta alguns caminhos, destacando a agilização e o aperfeiçoamento da legislação referente às agências reguladoras, cujo projeto de lei tramita neste Parlamento; as concessões para empresas privadas que se disponham a executar obras com recursos próprios; no caso de obras que não ofereçam atrativos de retorno financeiro, a CNI defende a aplicação pura e simples de recursos orçamentários, dada sua importância para a economia nacional e para o bem-estar da coletividade. A entidade destaca ainda o papel a ser exercido pela Parceria Público-Privada, que estamos analisando nesta Casa Legislativa.

Ao propor a incessante busca de meios para viabilizar a execução desses investimentos, a CNI defende o rearranjo das prioridades orçamentárias e alerta que “risco e retorno devem se equilibrar de forma que as oportunidades de investimentos produtivos no País sejam tão atrativas quanto aquelas presentes em outros países ou quanto as outras alternativas existentes dentro do próprio País”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, finalizo cumprimentando a Confederação Nacional das Indústrias, na pessoa do seu presidente, Armando Monteiro Neto, pela contribuição dessa entidade para o desenvolvimento nacional. Tenho absoluta convicção de que o nosso progresso e o nosso desenvolvimento social passam por atitudes como a dessa entidade e de outras instituições, representativas do meio empresarial e das classes obreiras, que vêm somar seus esforços aos de nossos governantes e de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, transcorreu, em 30 de setembro passado, o Dia do Tradutor. A data faz referência ao dia da morte de São Jerônimo, o santo padroeiro dos tradutores, morto no ano de 420.

São Jerônimo foi encarregado pelo Papa São Dâmaso, de quem era amigo e secretário, de revisar

e corrigir a tradução dos Salmos contida na Vulgata, a Bíblia em latim. A Vulgata, então, era um texto incompleto e crivado de erros, o que prejudicava os trabalhos de interpretação das Escrituras Sagradas.

Jerônimo não desanimou diante da hercúlea tarefa. Não só corrigiu os Salmos, como também completou a tradução de toda a Bíblia. A versão de São Jerônimo da Vulgata viria a ser considerada a versão oficial da Bíblia pelo Concílio de Trento e passou a ser utilizada por toda a Igreja Católica.

A Bíblia, dada sua posição como o livro mais lido da história, talvez seja o símbolo maior do poder da tradução. Pois a difusão universal das Sagradas Escrituras não se deve a outra atividade, a outro artesão, que não seja a tradução e que não sejam os tradutores.

As diversas traduções da Bíblia Sagrada, aliás, são a fonte de inúmeras histórias e anedotas que, ainda hoje, entretêm os profissionais da tradução. Reza a lenda, por exemplo, que William Shakespeare teria sido o tradutor do Salmo 46 na notável versão do Rei James, a principal da Bíblia em língua inglesa. Para começar, 46 era exatamente a idade do bardo inglês em 1610, ano em que a tradução foi realizada. A quadragésima sexta palavra a partir do início do salmo é *shake*; a quadragésima sexta palavra a partir do fim do salmo é *spear*. Jamais teremos certeza se estamos diante de uma brutal coincidência ou de mais uma prova da genialidade do autor de **Hamlet** e de **Romeu e Julieta**.

A importância dos tradutores e de seu ofício é inversamente proporcional ao valor que, vulgarmente, se dá a seu trabalho. A menos que o leitor seja também um tradutor, a leitura de uma obra traduzida raramente é permeada por sentimentos de admiração ao trabalho do tradutor. Aliás, ocorre, aí, um fenômeno interessante: quanto melhor a tradução, tanto mais escorregadia e fluida é a leitura, e menor, portanto, a probabilidade de nos lembrarmos de que estamos diante de uma tradução, tal o nosso envolvimento com o texto. Eis a meta e o desejo do grande tradutor: o de passar despercebido, o de fazer o leitor se esquecer de que está lendo um texto escrito, originalmente, em outra língua.

Esse sentimento é magistralmente exposto por Martinho Lutero, que, ao traduzir a Bíblia do latim para o alemão – uma heresia na época –, foi um dos responsáveis diretos pela eclosão da Reforma Protestante. Da experiência com a tradução da Bíblia, Lutero extraiu a seguinte reflexão:

Ao traduzir, sempre procurei produzir um alemão puro e claro, e com frequência aconteceu de procurarmos uma única palavra durante duas, três ou quatro semanas, e às vezes não a encontrarmos. Ao trabalhar no Livro de Jó,

mestre Felipe e eu às vezes mal conseguíamos terminar três versículos em quatro dias. Agora que a tradução está completa, qualquer um pode lê-la e criticá-la, e a pessoa corre os olhos por três ou quatro páginas e não tropeça uma única vez. Porém não está a par das dificuldades e excrescências retiradas do caminho para que ela pudesse deslizar com tanta facilidade. Arar é bom quando o campo está limpo, mas eliminar as dificuldades e os tocos para preparar o campo – essa é a tarefa que ninguém quer...

A tradução, ao mesmo tempo arte e ofício, é uma das atividades definidoras da civilização e, conseqüentemente, do mundo moderno. É a ponte que liga as

culturas umas às outras e difunde o conhecimento, democraticamente, a todos os povos. No dizer de Ernest Renan, filósofo e historiador francês: “Uma obra não traduzida só é publicada pela metade”.

Sinceras congratulações, portanto, aos tradutores do Brasil e do mundo pela passagem de sua data comemorativa!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 44 minutos.)

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 163, DE 07 DE OUTUBRO DE 2004

RETIFICAÇÃO

À página nº 31579, à coluna da esquerda,

Onde se lê:

O projeto foi rejeitado

Leia-se:

O requerimento foi rejeitado

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---------------------------------------------------

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	----------------------------------------

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcília Ramos Calháo Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	----------------------------------------

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	-----------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE – Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS – José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ – Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE – Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC – José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI – Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE – Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP – Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

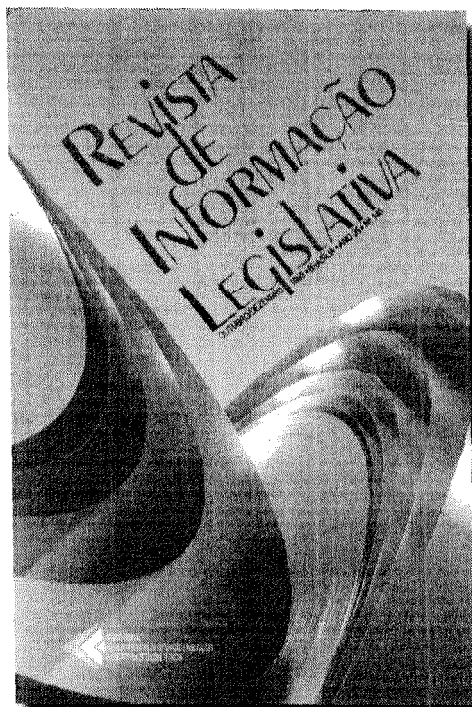
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 74 PÁGINAS